

REVISTA DA 4ª CNC



MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



fotos de Douglas Dobby
@insideoutproject

DEMOCRACIA E DIREITO À CULTURA

MARGARETH MENEZES é cantora, compositora, atriz, gestora cultural, empresária. Atual ministra da Cultura do Brasil, também é presidente do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e da Conferência Nacional de Cultura (CNC).



foto de Filipe Araújo/ MinC

A 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC) consolida uma das mais importantes e grandiosas missões do nosso Ministério da Cultura (MinC): a centralidade da participação social como um exercício de cidadania e democracia. E esse acontecimento cultural somente é possível com a volta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para seu terceiro momento, que vem acompanhado de uma diretriz: escutar a sociedade em seu conjunto, dialogando com o setor onde germinam as ideias que vão direcionar as nossas políticas da cultura.

A Conferência, fórum máximo de participação social, sinaliza nosso compromisso com a representatividade de todos os territórios, comunidades, de todo o povo brasileiro, atendendo ao que já está em nossa Constituição. Cinco mil pessoas estiveram envolvidas, 1.274 delegados discutiram, ao longo de cinco dias, temas de fundamental importância para a política cultural.

Assim, a realização da Conferência tem um imenso significado para o setor e para o nosso povo, pois nos permite, verdadeiramente, nacionalizar nossas políticas da cultura. A ideia de nacionalização, aliás, um termo que tenho utilizado com frequência, espelha nosso compromisso, enquanto Ministério da Cultura, de fazer com que a cultura seja um direito garantido em todos os cantos do Brasil e que os investimentos possam realmente irrigar todos os territórios, comunidades e pessoas!

Apesar dos recentes ataques, a recriação do MinC em 2023 demonstra a centralidade da cultura no coração das pessoas; reafirma a resistência e a resiliência do setor cultural e da sociedade civil. Além disso, a realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura reposiciona a cultura nesse espaço de celebração de seu potencial social e econômico, ainda mais fortes agora, com a retomada e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e de políticas públicas à altura de nosso país, imenso, plural e potente.

Queremos abraçar as pessoas de todo o Brasil. Assim, temos procurado executar políticas culturais e ações de foco

específico, como o Programa Rouanet Norte, criado para viabilizar projetos nessa região; e o Programa Rouanet nas Favelas, que prevê investimento de R\$ 5 milhões, via incentivo fiscal, em projetos culturais nos territórios de favelas das capitais do Pará, Maranhão, Bahia, Ceará e Goiás. Essas iniciativas objetivam corrigir distorções e assimetrias históricas de acesso ao fomento e aos recursos.

Conseguimos já percorrer um bom caminho. Neste ano que passou, nós alcançamos adesão de 100% dos estados à Lei Paulo Gustavo (LPG) e à Política Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Com o Edital Prêmio Cultura Viva Construção Nacional do Hip-Hop, em que contemplamos novos aspectos da cultura urbana, da cultura digital e jovem, engajamos quase 2,7 mil iniciativas – tudo isso em 2023, ano em que o movimento comemorou seus 50 anos de existência.

A celebração dos 20 anos da Política Nacional Cultura Viva em 2024 se une a uma extensa lista de ações de fortalecimento de importantes iniciativas do Ministério da Cultura. Devemos celebrar também os mais de 30 anos da Lei Rouanet, a mais longa e significativa lei de incentivo à cultura; no audiovisual, com investimentos históricos e a retomada do movimento de crescimento, o cinema nacional brasileiro tem conseguido se firmar como política cultural integrada, conectada

com a contemporaneidade e atenta à complexidade e à diversidade do acontecimento cultural.

Temos buscado renovar nossos marcos regulatórios, para que tenham maior aderência ao fazer cultural, em um movimento de modernização e fortalecimento do ambiente cultural. O MinC traz um novo olhar para o desenvolvimento da economia criativa e das indústrias culturais, para a cultura como vetor econômico de geração de renda e emprego.

Coroando a 4ª Conferência Nacional de Cultura, e com a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), estamos diante de um momento espetacular e potente para concretizarmos um Brasil da cultura para todos os brasileiros e todas as brasileiras. Reafirmamos nossa condição de Ministério aberto ao diálogo e à escuta, e da centralidade da participação da sociedade na elaboração e construção de nossas políticas culturais. Agora precisamos consolidar esse pacto mútuo, entre União estados e municípios, alinhando as competências de cada ente, para, conjuntamente, construirmos um futuro mais justo e democrático, tendo a cultura como peça fundamental para um crescimento econômico sustentável, inclusivo e pautado pela defesa e celebração de nossa diversidade.

SUMÁRIO

- 6 Uma década em cinco dias
- 10 Para que serve uma Conferência?
- 26 Conheça as 30 propostas priorizadas durante a 4ª CNC
- 42 Caminho para novo plano Nacional de Cultura (PNC)
- 44 Centro-Oeste celebra debate sobre a representatividade regional e nacionalização da Cultura
- 48 Com maior delegação eleita para a 4ª CNC, Nordeste reúne 406 delegados na etapa nacional
- 52 Norte ganha força com propostas de valorização do Fator Amazônico
- 56 Efervescência cultural do Sudeste nos debates pós-Conferência
- 60 Sul marca a 4ª CNC com memória, identidade e fortalecimento da participação social
- 64 Um novo Plano Nacional de Cultura para o Brasil
- 66 2024: Um ano estratégico para a consolidação do Sistema Nacional de Cultura
- 68 Diversidade cultural: riqueza popular e potência criativa
- 72 Cultura, democracia e futuro
- 74 O Sistema Nacional de Cultura foi aprovado. E agora?

REVISTA DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA
MINISTÉRIO DA CULTURA Assessoria Especial de Comunicação Social (Ascom) Outubro de 2024

Margareth Menezes
Ministra de Estado

Gabriella Gualberto Faria
Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social

Aline Nascimento
Coordenação de Conteúdo

Filipe Araújo
Coordenação Audiovisual

Laura Barrio
Coordenação de Redes Sociais

Sheila de Oliveira e Nathália Neves
Coordenação de Imprensa

Ygor Silva
Coordenação de Design

JORNALISTAS: Adriana Caítano, Carolina Martins, Ivna Girão, Joana Rocha, Marcos Pinho, Patrícia Victor, Priscilla Morelo, Sara Alves e Thais Passos

AUDIOVISUAL: Juliana Uepa, Luciele Oliveira, Tarcísio Boquady e Victor Vec

CAPA: Paulo Caveira

DIAGRAMAÇÃO: FSB Comunicação

REVISÃO: Denise Motta

UMA DÉCADA EM CINCO DIAS

Foram registradas as presenças de 1.274 pessoas delegadas



Abertura oficial da 4ª CNC, no auditório do Ulysses Guimarães

foto de Paulo Cavera

Entre os dias 4 e 8 de março de 2024, a cultura foi tema central das discussões que preencheram os mais de 37 mil metros quadrados do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Sob o lema “Democracia e Direito à Cultura”, a 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC) reuniu, diariamente, cinco mil pessoas vindas de todas as regiões do Brasil. Representantes de diversas etnias, idades, identidades de gêneros e segmentos culturais dispostos a debater as várias necessidades do setor e os próximos passos para a política cultural no país.

“Realizamos a maior Conferência de Cultura da história do país. Tivemos um número expressivo de participantes para além dos delegados e convidados da Conferência, que vieram por conta própria de diversos cantos do país. Isso simboliza o interesse e a importância que o brasileiro dá à cultura”, avaliou a ministra Margareth Menezes.



foto de Filipe Araújo/ MinC

Foram registradas as presenças de 1.274 pessoas delegadas, sendo 1.187 representantes dos 26 estados brasileiros e Distrito Federal; 57 do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC); 29 da Comissão Organizadora; além da própria ministra. Este grupo teve voz e voto durante as plenárias que priorizam 30 das 84 propostas levadas à etapa nacional.

Essas diretrizes, divididas entre os eixos temáticos: Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura; Democratização do acesso à cultura e Participação Social; Identidade, Patrimônio e Memória; Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural; Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade; e Direito às Artes e Linguagens Digitais, são a base do diálogo que o Ministério da Cultura estabelece junto à sociedade civil para a formulação do Novo Plano Nacional de Cultura (PNC).

Presente na abertura da 4ª edição da Conferência, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou que “a cultura é uma espécie de líquido que bebemos, é o alimento que comemos. Muito mais do que isso, é a inteligência que falta para a gente fazer o que precisa ser feito para que esse país conquiste cidadania plena”.

“Nós defendemos a cultura em todas as suas vertentes, livre, do jeito que ela tem que ser, para que as pessoas possam ver, assistir, pensar, raciocinar e meditar sobre o que conseguiram ver. Esse é o país da liberdade, do direito de ir e vir, de um povo sem medo, de um povo capaz de levantar a cabeça e falar: ninguém mais vai acabar com o Ministério da Cultura”, completou.

Dezenove encontros setoriais se propuseram a tratar de uma ampla e diversa rede de fazeres culturais. Sendo eles: Arquivo; Arte Digital; Artes Visuais; Artesanato; Arquitetura; Audiovisual; Circo; Cultura Indígena; Culturas Populares; Dança; Design; Expressões Artísticas Culturais Afro-brasileiras; Livro, leitura, literatura e biblioteca; Moda; Música; Museu; Patrimônio Imaterial; Patrimônio Material; e Teatro. Juntos, representaram um debate público que contou com a participação de 1.080 pessoas.

“Foram cinco dias em que ouvimos e fomos ouvidos; em que tivemos contato com a realidade de várias regiões do país. O exercício da democracia nos foi dado a cada minuto e o resultado de todo esse processo apresentado nos debates e discussões nas plenárias. Estamos estruturando e fortalecendo a nossa cultura, os valores intrínsecos a ela. Com a Conferência, tivemos a oportunidade de criar caminhos, diretrizes e contribuir para a elaboração do Plano Nacional da Cultura para os próximos 10 anos”, disse Leonardo Barchini, então diretor da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil.

Além dos Grupos de Trabalhos (GTs), a 4ª CNC interrompeu o hiato de 10 anos no debate sobre o setor cultural, em âmbito nacional, por meio de outras ferramentas. Foram 45 atividades autogestionadas – propostas pelos participantes – ampliando a riqueza e diversidade das manifestações culturais pelo país; encontros inéditos com segmentos setoriais como o Hip-Hop e povos ciganos.

MAIS LIVROS

Além disso, 81 livros foram lançados durante a Conferência, contemplando um total de 195 autores, já que parte deles são trabalhos coletivos.

Outra importante ação registrada foi a distribuição gratuita de mais de seis mil livros da Fundação Cultural Palmares (FCP). “Para nós, é uma satisfação enorme ter essa ação bem recebida na Conferência. Houve uma adesão enorme”, afirmou o coordenador do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC), Guilherme Bruno.

O artesanato foi representado por 49 expositores do Distrito Federal e 23 vindos do Piauí, Santa Catarina, Espírito Santo, Maranhão, Rondônia, Pará, Acre, Mato Grosso, Roraima, Paraíba, Bahia, Equador, Peru, Senegal, além

de um artista nômade. Destaque para a arte indígena, presente com os artistas Kariri Xocó, Ahain Aaam, Aldeia Teko-Haw e o Santuário dos Pajés.

E já que o assunto é representação, nesta publicação, assim como nas instalações da 4ª CNC, você será guiado pelos **Guardiões da Cultura**. Representações de parte de nossos Patrimônios Imateriais e das Culturas Populares - figuras que carregam consigo os símbolos e conhecimentos transmitidos ao longo da construção do Brasil e representam a sabedoria e a experiência dos antepassados, a preservação das tradições e dos valores da nossa cultura.

*As manifestações, não necessariamente, estão associadas às regiões onde aparecem ao longo da publicação.



FAIXA ETÁRIA DOS INSCRITOS NA CNC

147	18 a 29 anos
374	30 a 39 anos
348	40 a 49 anos
279	50 a 59 anos
21	60 a 69 anos
35	70 anos ou mais

1.274
pessoas delegadas

1.190
pessoas convidadas

1.836
pessoas observadoras



CABOCLO DE LANÇA

As boas-vindas ficam por conta do Caboclos de Lança. Representantes do Maracatu de Baque Solto da Zona da Mata pernambucana, empunhando lança pontiaguda, se movimentam com ruidosos chocalhos às costas, flutuantes cabeleiras e vistoso figurino multicolorido. É o mestre do apito quem comanda a festa. Porta-voz do grupo, o poeta ordena as manobras e evoluções do cortejo, conduz o espetáculo, executa as marchas de abertura, as marchas de saída e de chegada durante o Carnaval.

FESTIVAL DA CULTURA

E para cada dia de trabalho, um grande show. Patrocinado pelo Banco do Brasil, com realização do Ministério da Cultura (MinC) e do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), correalização da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI) e apoio da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil) Brasil, o Festival da Cultura ofereceu uma programação diversa e gratuita para o público.

Norte e Nordeste deram início à programação. Fafá de Belém e Johnny Hooker foram as atrações de estreia. Numa dinâmica leve e ritmada, entre-

garam à plateia uma das apresentações mais bonitas do Festival.

“Ficamos dez anos sem Conferência Nacional. Da última vez que aconteceu, eu estava lançando meu primeiro disco. Foi uma década perdida na cultura do Brasil. Estou muito feliz de estar voltando, estou muito confiante”, apontou Hooker ao comemorar a retomada dos debates e a celebração do fazer cultural no Brasil

Com ingressos esgotados, Diogo Nogueira fez uma apresentação emocionante e cheia de ginga na segunda noite de shows. Ele falou do legado do pai, João Nogueira, e se mostrou confiante num futuro construído com respeito e

valorização da cultura. “Só vai funcionar se tiver cultura, se tiver entendimento da democracia, entendimento que as pessoas precisam ter dignidade”.

A 4ª CNC chegou à metade de sua programação com o show do príncipe do samba, Paulinho da Viola. Num clima de celebração – pela cultura e pelos 80 anos de vida – o sambista levou à uma multidão clássicos como Dança da Solidão, Foi um Rio que Passou em Minha Vida e Pecado Capital.

Na penúltima noite da Conferência, a mistura da música angolana, ritmos latinos e cultura popular nordestina tomou conta do palco sob o comando da Academia da Berlinda. Tiné, vocalista

da banda, explicou que apesar das várias influências, é o cenário nacional – principalmente o nordestino – que dá o tom do trabalho dos recifenses. Orgulho e valorização que, segundo ele, são marcas da nossa cultura. “O Brasil nunca que pode ficar sem o Ministério da Cultura. O Brasil é a cultura!”

O encerramento da 4ª CNC, com as baianas Daniela Mercury e Majur, celebrou o Dia Internacional da Mulher. “A gente precisa usar a cultura para elevar as mulheres, elevar todos os que têm pouca visibilidade. Esse é um ambiente de civilização total, onde a gente educa, onde a gente humaniza o mundo, onde a gente aproxima, acolhe, traz afeto. A arte é a devolução do que produzimos como povo”, disse Daniela.



PARA QUE SERVE UMA CONFERÊNCIA?

A necessidade de compor um ambiente pensado para a construção de consensos e de ação coletiva está expressa nos números recordes da 4ª CNC



Após 10 anos de espera, participantes chegam à Conferência

foto de Paulo Cavera

Avaliar o que está sendo feito, identificar as lacunas e planejar o futuro. De maneira resumida, uma conferência deve reunir diferentes setores da sociedade interessados em debater um assunto comum, com o objetivo de cooperação, análise de problemas e proposição de soluções. No caso da 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC), a espera foi longa: 10 anos sem um debate nacional.

A necessidade de compor um ambiente pensado para a construção de consensos e de ação coletiva está expressa nos números, que registraram recordes históricos de participação. Entre as pessoas que passaram pela etapa nacional, estava a professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Cláudia Gonçalves, que falou sobre a urgência de reorganizar o setor.

“A importância da retomada é dar oxigênio para a política pública cultural desse país. Tem uma importância estratégica fundamental, porque é uma década parada. Água parada apodrece, coisa parada morre. Então, estrategicamente, mover a sociedade de novo é fundamental. E, estruturalmente, é a condição para a efetivação de uma política pública de cultura que tenha vida longa”, avaliou a professora, também delegada pelo Rio de Janeiro.

Jussara Prates foi da cidade gaúcha de Nova Petrópolis para Brasília e participou como uma das escritoras que lançaram produções literárias na 4ª CNC. Na visão dela, a etapa funcionou como um espaço para “explodir a bolha” e revelar a verdadeira dimensão da cultura brasileira.

“Essa atmosfera da Conferência é o que a gente gostaria de viver dia a dia no Brasil. É um momento extremamente feliz para a sociedade brasileira, de reestruturação das políticas públicas com a participação de diferentes pessoas, diferentes grupos sociais, diferentes representações. Mas não podemos achar que o serviço está pronto. A partir daqui é que o nosso trabalho começa”, conclui.

Um debate transversal, passando por preservação de patrimônio e de memória, democratização de acessos, diversidade, garantia da cultura como direito e fortalecimento da economia criativa, é essencial para definir as metas do Plano Nacional de Cultura (PNC). E a 4ª CNC foi o espaço para reunir vozes diversas. Veranne Magalhães, pessoa delegada pelo Distrito Federal, se disse impressionada em ver a pluralidade da população brasileira representada no encontro.

“Para mim, foi uma honra participar como delegada. Foi realmente uma Conferência muito potente. É encantador ver o Brasil como um todo, o Brasil pulsante e a nossa diversidade cultural”.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Entre as propostas aprovadas na 4ª CNC estão a ampliação da participação social e gestão participativa; a reestruturação e democratização do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), a partir da revisão da composição e funcionamento, de modo a garantir assento para todas as setoriais e retorno da eleição de representantes pela sociedade civil; a instalação de fóruns regionais, contemplando a representatividade de cada estado; e um olhar diferenciado para os estados que compõem a Amazônia Legal.

Também ligada ao tema está a proposta de implantação do Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC), cujo objetivo é ampliar, consolidar e manter os conselhos de cultura e demais instâncias de participação, em todos os níveis de governo, criando estruturas que garantam a governança e representatividade social no debate, elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas culturais, bem como a deliberação e fiscalização do orçamento destinado à cultura para fortalecer o Sistema Nacional de Cultura (SNC).

“A Conferência é a nossa instância máxima de participação e do exercício da democracia. Aliás, o exercício pleno da democracia passa pelo direito à cultura como um direito de cidadania e de livre expressão de criação e do pensamento. A Conferência Nacional de Cultura é justamente o ambiente para as múltiplas vozes da diversidade brasileira”

MARGARETH MENEZES
ministra da Cultura

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

Componente do Sistema Nacional de Cultura (SNC), o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) é um órgão colegiado composto por representantes do poder público e da sociedade civil para debater os grandes temas da gestão cultural nas suas três dimensões: simbólica, cidadã e econômica. Além de propor a formulação de políticas públicas, com vistas à promoção, à articulação e ao debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional. Também é importante sinalizar que os membros titulares do CNPC compuseram a comissão organizadora nacional da 4ª CNC e, conseqüentemente, se tornaram delegados natos.

“A 4ª Conferência pode renovar a vida político-cultural, alicerce para imaginar não só as potencialidades, mas para imaginar também o impossível. As conferências são acontecimentos vitais no processo de lutas e superações. Assim cabe, antes de tudo, reafirmar a relevância da volta da Conferência para demarcar o novo momento que nós estamos vivendo e para reafirmar o movimento do campo cultural depois das vitórias das Leis Aldir Blanc 1 e 2, e da Lei Paulo Gustavo. Todas essas vitórias foram conquistas improváveis em um ambiente tão anticultural quanto o da gestão anterior. gestão anterior. A realização da CNC é algo imprescindível para a realização desta e de outras conquistas. Os conteúdos aprovados na CNC são relevantes contribuições para entender o Brasil e sua cultura”. avalia o professor Albino Rubim.

CONHEÇA OS CONSELHEIROS COM MANDATO DE 2022 A 2025

Ministra da Cultura	Margareth Menezes
Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural	Titular: Márcia Rollemberg Suplente: Karina Miranda da Gama
Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais	Titular: Marcos Souza Suplente: Karen Fonseca Lose
Secretaria de Formação de Livro e Leitura	Titular: Fabiano Piúba Suplente: Mariangela Ferreira Andrade
Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural	Titular: Henilton Menezes Suplente: Deryk Vieira Santana
Secretaria do Audiovisual	Titular: Joelma Gonzaga Suplente: Daniela Santana Fernandes
Secretaria dos Comitês de Cultura	Titular: Roberta Martins Suplente: Desiree Ramos Tozi
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)	Titular: Leandro Grass Suplente: Márcia de Figueiredo Lucena Lira
Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)	Titular: Fernanda Castro Suplente: Sônia Regina Rampim Florêncio
Fundação Nacional de Artes (Funarte)	Titular: Maria Marighella Suplente: Lais Santos de Almeida
Fundação Cultural Palmares (FCP)	Titular: João Jorge Rodrigues Suplente: Nelson Luiz Rigaud Mendes
Ministério da Educação (MEC)	Titular: Maurício Ernica Suplente: Rodrigo Luppi dos Passos
Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI)	Titular: Juana Nunes Pereira Suplente: Zeilly Teles de Carvalho
Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC)	Titular: Anna Karla Pereira Suplente: Fernanda do Nascimento Thomaz
Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ)	Titular: Jean Keiji Uema Suplente: Eduardo de Araújo Nepomuceno

Confederação Nacional de Municípios (CNM)	Titular: Ana Cristina Maltez Suplente: João Luiz dos Santos
Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Cultura dos Estados	Titular: Fabrício Noronha Suplente: Beatriz Helena Miranda Araujo
Fórum dos Secretários e Gestores da Cultura das Capitais e Municípios Associados	Titular: Eliane Parreiras Suplente: Gabriel Portella
Expressões Artísticas	Titular: Carmen Brigida Negrão Suplente: Mônica Teresa Costa Maia
	Titular: Luis Antônio Torelli Suplente: Mara Regina Beserra Xavier Cortez
	Titular: Jocelino Pessoa de Oliveira Suplente: Adriana Dutra Mendes
Patrimônio Cultural	Titular: Luciana Conrado Martins Suplente: Maurício Candido da Silva
Cultura Popular	Titular: Vitor Hugo Narciso Suplente: Gilceia de Lurdes Souza
Culturas Indígenas	Titular: Daiara Tukano Suplente: Osvaldo Rosa da Silva Júnior Xukuru
Culturas Afro-brasileiras	Titular: Geová Alves da Silva Suplente: Francinete Santos Braga
Região Norte	Titular: Elson Silva da Rocha – AM Suplente: Wellisson Brito Batista (Mestre Camaleão)
	Titular: Lucimar Bezerra Marques – AM Suplente: Roseane Farias
Região Nordeste	Titular: André Luís Rocha Santos – BA Suplente: Fábio Mendes da Silva - BA
	Titular: Ednilton Barreto (Shaolin) – BA Suplente: Nivaldo Jorge da Silva - PE
Região Centro-Oeste	Titular: Luiz Felipe Vitelli Peixoto – DF Suplente: Cláudia Maria Queiroz de Jesus - DF
	Titular: Fernanda Barbosa Adão – DF Suplente: Geraldo Vitor da Silva Filho - DF
Região Sudeste	Titular: João Michel Daniel Ferreira – MG Suplente: Aryanne Ribeiro - MG
	Titular: Thayná Fernandes Araújo Paes – MG Suplente: José Facury Helui - RJ
Região Sul	Titular: Paulo Leônidas de Barros – RS Suplente: Geziel da Silva de Souza - RS
	Titular: Jacqueline Custódio – RS Suplente: Neimar Pires Rodrigues - RS



“A Conferência Nacional de Cultura foi um marco histórico para a cultura brasileira. Após um hiato de 10 anos realizamos a maior conferência da história, com mais de 5 mil participantes, que discutiram os rumos que a política cultural do país deve tomar no próximo período. Importante destacar também a ampla participação de diferentes segmentos da cultura, em especial dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas técnicas da cultura que, pela primeira vez, participaram ativamente dos debates que nortearão as diretrizes para a construção do Plano Nacional de Cultura.”

CASSIUS ROSA
secretário-executivo adjunto



“A 4ª Conferência Nacional de Cultura foi um espaço de excelência da participação social na cultura e especificamente para o audiovisual, setor que tem uma governança e estrutura de participação social muito independentes, foi um marco importantíssimo. Salvo engano, foi a primeira vez que o Colegiado do Audiovisual do Brasil, o Conselho Superior de Cinema, se reuniram dentro de uma conferência nacional, se aproximando e estreitando o diálogo com o Conselho Nacional de Políticas Culturais. Dentre as muitas pautas, tivemos um avanço significativo no debate sobre políticas de Patrimônio Audiovisual e a necessidade de criar e implantar políticas públicas para valorizar e favorecer a salvaguarda dos patrimônios culturais, criando marcos legais com previsão orçamentária. Além disso, ficou claro em todos os fóruns a necessidade da continuidade da luta do audiovisual para que seja visto como patrimônio cultural.”

JOELMA GONZAGA
secretária do Audiovisual



“Sob a liderança da ministra Margareth Menezes, a 4ª Conferência Nacional de Cultura aconteceu como uma rica teia de forças e simbolismos. Reuniu as lideranças da nossa diversidade e fazer cultural e os gestores públicos de todo o país. Todos com um papel vital na reconstrução das políticas culturais brasileiras. Para o campo das culturas populares, dos povos indígenas, de matriz afro, ciganas e outras comunidades tradicionais, e de importantes segmentos da diversidade, que se expressam em grande parte na Rede Cultura Viva, com mais de 5 mil Pontos e Pontões de Cultura.. Um momento construído por diálogos e conferências anteriores, um processo que significa um renascimento, ao reatar laços e reconectar elos e agregar novos. Uma oportunidade para debater os desafios históricos e contemporâneos, e de celebrar as duas décadas de existência e resistência da Política Nacional Cultura Viva, que tem na sua essência a participação social e a gestão compartilhada.”

MÁRCIA ROLLEMBERG
secretária de Cidadania e Diversidade Cultural



“Para a Secretaria de Formação Cultural, Livro e Leitura, esta é uma feliz confluência: a construção do novo Plano Nacional de Livro e Leitura e a construção do Programa de Formação Artística e Cultural ganham forma no mesmo momento em que o Sistema Nacional de Cultura. Para nós, a 4ª CNC foi um ambiente vital para a qualificação de nossas políticas. Realizamos um encontro setorial de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas onde colhemos prioridades do setor. E a pauta integrada entre cultura e educação surgiu em todos os eixos temáticos, compreendendo a formação artística e cultural como vetor estratégico de todo o Sistema MinC, em parceria, inclusive, com o Ministério da Educação.”

FABIANO PIÚBA
secretário de Formação Cultural, Livro e Leitura



“Entendo que a demanda por fomento ao setor cultural e por uma Política Nacional de Economia Criativa foi muito explícita na Conferência. O desafio, agora, é promover acesso justo a todas as linguagens artísticas, aos diferentes territórios e às diversidades das populações brasileiras, remodelando os mecanismos de financiamento existentes para ir ao encontro dessas demandas.”

HENILTON MENEZES
secretário de Economia Criativa
e Fomento Cultural



“A Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais esteve presente com vários de seus membros na 4ª CNC. Procuramos acompanhar vários grupos onde a temática dos direitos autorais, que foi transversal em vários deles, estivesse presente. Fiquei nos debates do Eixo 6, Direitos às Artes e Linguagens Digitais, onde o tema foi mais debatido diretamente. Pude esclarecer várias questões e apontar caminhos para a priorização das propostas. Foi muito interessante ver o Brasil todo debatendo e construindo o futuro das políticas culturais.”

MARCOS SOUZA
secretário de Direitos Autorais e Intelectuais



“A gente estava há uma década sem Conferência sem pensar de uma maneira articulada as políticas culturais, e foi possível perceber, apesar de toda a euforia durante a Conferência, a beleza de reunirmos as pessoas, os articuladores da área de cultura, os produtores de cultura. Todos juntos nesse espaço aqui em Brasília. Acho que foi um momento de comunhão muito bonito, em que pudemos ver a força da diversidade cultural brasileira, a força da participação das mulheres, das pessoas com deficiência.”

LUCIANA CONRADO MARTINS
Conselheira Nacional de Política Cultural
– representação Patrimônio Cultural



“A Conferência Nacional foi mais do que um evento de sucesso para nós do Norte, foi uma verdadeira demonstração de superação e resiliência. Mesmo diante das dificuldades impostas pela seca, ou ‘vazante’, como chamamos por aqui, o Amazonas conseguiu marcar presença na capital e participar ativamente da maior conferência da história. E não foi apenas a presença física que marcou a nossa participação, mas também a forma como representamos a nossa cultura amazônica e nortista. Os nossos Bois Garantido e Caprichoso fizeram uma apresentação incrível, mostrando ao Brasil e ao mundo todo o que é a essência e a riqueza da nossa região. Essa conquista mostra que, mesmo diante das adversidades, somos capazes de nos unir e fazer a diferença. A Conferência Nacional foi um marco para nós, mostrando que somos fortes, resilientes e capazes de superar qualquer obstáculo que vier pela frente.”

ELSON SILVA DA ROCHA
Conselheiro Nacional de Política
Cultural - representação Norte

vozes da conferência



"A Conferência, em decorrência desse hiato de 10 anos que tivemos, foi um momento em que as pessoas expressaram, para além de necessidades, muitas emoções, muitas necessidades de grupos que, em decorrência também do momento pandêmico, se sentiam muito acuados, com mais obstáculos para fazer sua arte, para trabalhar com sua arte. O movimento sente que ainda não se recuperou plenamente no que tange ao acesso a recursos. Então, no âmbito do CNPC, a gente gente tem percebido, no aspecto prático, é que esse conteúdo gerado na Conferência tem sido alvo de debate nas nossas reuniões ordinárias e extraordinárias, que estão acontecendo principalmente no âmbito da revitalização do próprio CNPC, dessa necessidade de readequação, de evolução no aspecto estrutural, político e metodológico. A gente tem percebido isso e a meta é conseguirmos chegar até o fim do ano com essa reestruturação desenhada."

FERNANDA BARBOSA ADÃO
Conselheira Nacional de Política Cultural
- representação Centro-Oeste



"Realizar a 4ª Conferência Nacional de Cultura foi, sem dúvida, uma das grandes entregas deste mandato do CNPC, marcando a retomada do MinC para todos os fazedores e fazedoras de cultura do país. Colocar a sociedade civil novamente, após 10 anos sem Conferência, sem escuta e sem protagonismo, no centro do debate, da deliberação e da cobrança, reforça o comprometimento com a nossa cultura. O encontro foi extremamente rico, com muita troca de experiências e, acima de tudo, encaminhamentos que, além de cumprir o objetivo de subsidiar as discussões e direcionar as metas do novo Plano Nacional de Cultura, trouxeram reavaliações em todos os entes da União, seja na reformulação dos seus sistemas de cultura ou até no modo de gestão da cultura. O próprio CNPC também foi impactado, com a Conferência, sendo um dos principais temas de destaque em sua proposta de reformulação e fortalecimento."

SHAOLIN BARRETO
Conselheiro Nacional de Política Cultural - representação Nordeste



"Sou servidora do Ibram há 14 anos e participei dessa que foi a maior Conferência Nacional de Cultura – importante para o setor museal, que reuniu o nosso setorial, dialogou com tantos outros com os quais têm ações transversais, como do patrimônio material e imaterial, acessibilidade, populações indígenas, quilombolas, de pessoas com deficiência, de populações LGBTQIA+. A gente dialogou com gente da universidade, com Pontos de Memória, Pontos de Cultura. Foi um evento muito importante para a gente, para a gente fazer articulações, para a gente conhecer as políticas que estão sendo desenvolvidas no setor cultural como um todo."

FERNANDA CASTRO
presidenta do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)



"A Conferência Nacional de Cultura foi realizada com sucesso incrível, a quantidade de pessoas, as propostas e os indicadores para que cada organismo do Ministério da Cultura tenha linhas construtivas bem feitas. Isso é muito bom porque dá parâmetros, indicação e, ao mesmo tempo, a Conferência permitiu que todos nós dos setores da cultura nacional pudessem dar encaminhamento para fomento, para ações informativas, para proteção dos mais necessitados da cultura, da arte, da vida. Foi um exemplo de organização e capacidade de luta."

JOÃO JORGE
presidente da Fundação Cultural Palmares (FCP)

vozes da conferência



“Considero a Conferência um evento épico para a reconstrução do país, e do litoral ao Brasil profundo, em todos os biomas e regiões, para dar voz aos operadores de cultura. Como se o Brasil estivesse de volta em todas as suas amplitudes: a convocação da diversidade enquanto meio e fim, de um Brasil polifônico. Não como parte de museu, mas com as virtudes vivas e incisivas de seu protagonismo. A Biblioteca Nacional e a Conferência Nacional de Cultura (CNC) aprofundaram seus respectivos compromissos, no aprimoramento dos novos horizontes da memória e dos meios capazes de realizá-los.”

MARCO LUCCHESI
presidente da Fundação
Biblioteca Nacional (FBN)



“Para nós, da Fundação Nacional de Artes (Funarte), em especial, a 4ª CNC teve o papel fundamental de demarcar a retomada da organização e do debate setorial no campo das políticas públicas para as artes, após a extinção pela última gestão do principal componente de participação institucional no nosso campo, os colegiados setoriais das artes no âmbito do Conselho Nacional de Política Cultural. Nesse momento de formulação coletiva, nossa tarefa prioritária é consolidar o Sistema Nacional de Cultura e o campo das artes deve ter papel enquanto força capaz de criar, imaginar e produzir outros imaginários de país, conectados ao nosso tempo.”

MARIA MARIGHELLA
presidenta da Fundação Nacional
de Artes (Funarte)



“Durante a 4ª CNC, foi possível discutir, formular e refletir sobre as políticas culturais do Brasil, com encaminhamentos importantes que vão orientar as ações do Ministério da Cultura. Foi um encontro histórico, de participação social e democracia.”

LEANDRO GRASS
presidente do Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional (Iphan)



“As 30 propostas aprovadas como prioritárias nos seis eixos temáticos de discussão da Conferência são fruto de uma síntese generosa, que levou em conta centenas de propostas, ideias, vontades, desejos, necessidades de reconhecimento e legitimação de segmentos historicamente excluídos e invisibilizados, mas que se afirmam através da cultura como força e potência. O esforço das milhares de delegadas e delegados presentes à 4ª CNC foi o de dar voz, vez e visibilidade a todos os segmentos, identidades, demandas e necessidades da imensa e diversa cultura brasileira.”

ALEXANDRE SANTINI
presidente da Fundação Casa
de Rui Barbosa (FCRB)



“Os debates e as discussões realizados na Conferência consolidaram um novo marco na gestão cultural brasileira. A iniciativa e as ações do Ministério da Cultura deram conta da ampliação da participação social, inaugurando um ciclo de gestão compartilhada e marcando o reencontro da cultura com a sociedade brasileira. Esse é o espírito do audiovisual brasileiro e de suas instituições que, de forma articulada e coordenada, trabalham para o bem-estar de uma sociedade diversa e plural, gerando emprego, renda, inclusão e desenvolvimento socioeconômico.”

ALEX BRAGA
diretor-presidente da Agência
Nacional do Cinema (Ancine)



“Fazer cultura é um ato de resistência. E temos a cultura como um dos territórios da nossa marca, porque acreditamos na sua dimensão econômica e consideramos viável mantermos equipamentos de qualidade com programações adequadas às localidades, incluindo financeiramente pessoas, transformando vidas e desenvolvendo comunidades. Participar da 4ª CNC permitiu dialogar com quem faz, consome e apoia a cultura, de forma coletiva e democrática, e esta é a melhor forma de estabelecer diretrizes e políticas públicas para o setor.”

TARCIANA MEDEIROS
presidenta do Banco do Brasil



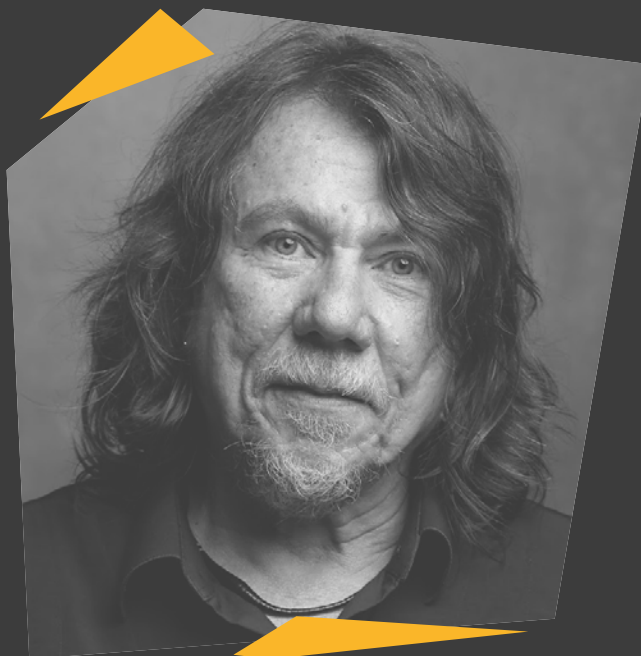
“A CNC foi em março será lembrado como um divisor de águas para a cultura brasileira. Estamos estruturando e fortalecendo a nossa cultura, os valores intrínsecos a ela. Com a Conferência, tivemos a oportunidade de criar caminhos, diretrizes e contribuir para a elaboração do Plano Nacional da Cultura para os próximos 10 anos. Nós da OEI nos sentimos exultantes em participar desse momento histórico, em brindar com toda a sociedade deste país tão diverso e rico culturalmente essa virada de chave que trará grandes benefícios para o desenvolvimento artístico, social e econômico.”

LEONARDO BARCHINI
à época diretor da Organização de Estados
Ibero-Americanos para a Educação,
a Ciência e a Cultura no Brasil (OEI)



“A gente está vindo de uma dismantelada na estrutura cultural do nosso país. E essa rearticulação é fundamental para nós. É determinante para a gente seguir. E seguir melhor. Não é possível que um país tão rico culturalmente como o nosso tenha a cultura abandonada. E, aí, ouvir a comunidade, entender quais são as nossas demandas de fato, é tão importante. A Conferência é um marco para a gente. E eu estou muito feliz de ser parte desse encontro.”

ELLEN OLÉRIA
cantora



“Ao longo da minha vida, eu vi esse Ministério ser extinto mais de uma vez. Então, um momento com este, que a gente retoma a Conferência depois de dez anos e celebra a existência do Ministério da Cultura é fundamental para nós artistas. Eu sempre achei que a cultura, assim como a educação, faz parte do setor estratégico de qualquer nação. É importante a gente seguir e retomar esse protagonismo que a cultura brasileira sempre teve.”

LENINE
cantor-compositor e arranjador



“Um país sem cultura é um país sem alma. A cultura educa, ela faz o nosso país. Eu sou um retrato do meu país, do que ele me deu como cultura.”

BÁRBARA PAZ
atriz



“Eu, sendo um cara preto, jovem negro, oriundo da periferia, ocupar esse lugar, tocando esse instrumento [piano], é um ato político, sim. É o ato de perseverança, é o ato de resiliência, é o ato de inspiração para a molecada que está chegando também, que vai poder ser pianista e ocupar outros lugares, viajar, tocar e fazer o que se quer. Poder estar aqui em Brasília, hoje, nesse espaço, com várias pessoas que pensam a cultura junto, para mim, é uma honra.”

JONATHAN FERR
músico



“É um renascer, é uma emoção grande estar aqui e ver isso (a Conferência) acontecer. O Brasil está de volta e o Ministério da Cultura está de parabéns.”

ANTONIO GRASSI
ator

vozes da conferência

CONHEÇA AS 30 PROPOSTAS PRIORIZADAS DURANTE A 4ª CNC

Flacso Brasil foi responsável pela metodologia que acolheu as contribuições e resultou no texto final

Trinta das 84 propostas levadas à votação durante a 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC) foram priorizadas pelos delegados natos – aqueles com voz e voto. Organizadas em seis eixos temáticos, elas serão a base para o Ministério da Cultura (MinC) discutir, junto à sociedade civil, os próximos passos da política cultural no Brasil.

Apoiadora oficial do encontro, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil) foi a responsável pela metodologia aplicada ao longo das discussões e plenária final, que resultou no texto que você lê a seguir.

EIXO 1 Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

1ª

IDEIA CENTRAL: criar, aprovar e implementar política pública para o fortalecimento das culturas da Amazônia Legal e de biomas fronteiriços.

Criar, aprovar e implementar política pública para o fortalecimento das culturas da Amazônia Legal e de territórios fronteiriços, que considere o Fator Amazônico e as particularidades das regiões em todos os programas de financiamento e fomento à cultura, por meio de:

- (a) criação de uma instituição vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), focada na implantação e promoção de políticas públicas para a cultura da Amazônia Legal; de modo a consolidar, unificar, disponibilizar e facilitar o acesso a ferramentas de cadastro, divulgação, mapeamento, indicadores e painéis de dados sobre a realidade cultural das Amazônias para subsidiar, democratizar e fomentar políticas públicas culturais da região e territórios fronteiriços;
- (b) criação do Fundo das Culturas Amazônicas com financiamento público e privado;
- (c) permanência da Lei Rouanet Norte como uma política nacional de financiamento e fomento para a Amazônia Legal, com a possibilidade de circulação e distribuição em todo território nacional e internacional;
- (d) garantia da equidade dos investimentos públicos e do atendimento às políticas afirmativas que contemplem a diversidade cultural da região amazônica e dos territórios fronteiriços, assegurando a consulta prévia, livre e informada dos povos originários, como garantia da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- (e) acréscimo de, no mínimo, 15% de custeio para projetos da região amazônica e territórios fronteiriços, assegurando, assim, o acesso à tecnologia, energia elétrica, infraestrutura de estradas e questões como clima, distâncias, transporte, deslocamento e custo de vida, entre outras.

2ª

IDEIA CENTRAL: reestruturar o Sistema Nacional de Cultura (SNC). Reestruturar a Política Nacional de Fomento para além dos editais, transversalmente criar legislação que permita a destinação de parte do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas para os fundos de cultura.

Reestruturar o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a Política Nacional de Fomento para além dos editais, transversalmente, bem como criar legislação que permita a destinação de parte do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas para os fundos de cultura, de modo a contemplar:

- (a) a diversidade de linguagens, de segmentos e de expressões;
- (b) participação acessível, inclusiva e universal;
- (c) formato simplificado e desburocratizado;
- (d) calendário fixo e regular;
- (e) descentralização equitativa de recursos, considerando os territórios e regiões do país, ações e programas artísticos e culturais continuados;
- (f) criação, aprovação e implementação de fundos setoriais e agências setoriais nacionais, conforme os setoriais apresentados na portaria que convoca a Conferência Nacional de Cultura; bem como para os povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiro de matriz africana, povos quilombolas e comunidades tradicionais, comunidades de fronteiras, de circo itinerante, das águas, assentamentos de reforma agrária, do Pantanal do sertão e Cerrado e demais biomas brasileiros;
- (g) políticas de inclusão digital e reestruturação dos marcos legais que regem os fundos de cultura já existentes, prevendo maior alocação de recursos, com percentuais progressivos e continuados, ações regionalizadas e afirmativas, a territorialização das culturas e das artes, contemplando segmentos invisibilizados e em vulnerabilidade;
- (h) criação e implementação do Plano Nacional para as Culturas Indígenas, de natureza transversal e consoante aos modos de ser indígenas, a ser elaborado e executado em parceria entre o Ministério dos Povos Indígenas e MinC; bem como outros ministérios e

instituições governamentais que possuam interface com o Plano e com lideranças, organizações indígenas articuladas através de suas redes de atuação locais, regionais e nacionais e outras instituições parceiras.

3ª

IDEIA CENTRAL: garantir recursos para o desenvolvimento das políticas culturais; promover a modernização dos marcos legais da cultura. Garantir a plena regionalização de oportunidades, com especial atenção à implementação de políticas afirmativas.

Garantir recursos para o desenvolvimento das políticas culturais e promover a modernização dos marcos legais da cultura; a fim de assegurar a segurança jurídica, eficiência, eficácia e efetividade das políticas culturais, por meio da aprovação e regulamentação, em caráter de urgência, da PEC 150/2003, PEC 421/2014 e PEC 310/2004; bem como de outros marcos legais de fomento à cultura, como o PL 3905/2021, PL 9474/18, PL 6722/2010 e, ainda, de legislação garantindo que haja previsão de cotas e orçamentos mínimos por estado em todos os editais e programas de fomento federais, com recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), Lei Rouanet e demais políticas de fomento, para garantir a plena regionalização de oportunidades, com especial atenção à implementação de políticas afirmativas, de modo a:

- (a) promover maior descentralização dos recursos, priorizando o Fator Amazônico, territórios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e indisponibilidade de equipamentos públicos de arte e cultura, a fim de contemplar segmentos invisibilizados, vulnerabilizados, bem como culturas de fronteiras;
- (b) ampliar a participação social e a gestão participativa;
- (c) reformar mecanismos de renúncia fiscal e linhas de acesso a crédito para microempreendedores da economia criativa;
- (d) integrar políticas públicas para jovens e mestres e mestras da cultura popular;
- (e) simplificar processos, linguagens, formas de acesso e prestações de contas;
- (f) promover a capacitação dos agentes culturais;
- (g) assegurar a continuidade da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), pelo prazo mínimo de 10 anos, como instrumento de fomento cultural, garantindo a atualização anual dos recursos de acordo com a inflação, sendo tais recursos transferidos fundo a fundo para os estados, Distrito Federal e municípios com Sistemas de Cultura implantados;

(h) garantir a distribuição dos recursos orçamentários da cultura seguindo um Índice de Desenvolvimento Cultural a ser criado pelo Ministério da Cultura, segundo critérios estabelecidos em parceria com os conselhos nacional, estaduais, municipais e distrital de políticas culturais e conselhos de cultura; juntamente com as secretarias estaduais, distritais e municipais, outros órgãos gestores de cultura e comitês de cultura, com especial atenção à implementação das políticas afirmativas, garantindo a descentralização territorial dos recursos, contemplando os segmentos invisibilizados e vulnerabilizados, bem como o Fator Amazônico (os municípios que não forem contemplados neste índice seguirão os critérios conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4ª

IDEIA CENTRAL: garantir e efetivar o pleno funcionamento do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Garantir e efetivar o pleno funcionamento do Sistema Nacional de Cultura (SNC), mediante:

- (a) o apoio e o suporte técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios, para o efetivo processo de institucionalização e implementação de seus componentes, especialmente os conselhos, planos e os fundos de cultura;
- (b) a reestruturação e o fortalecimento do Conselho de Nacional de Política Cultural (CNPC), com estrutura e funcionamento democrático, como instância deliberativa, normativa, consultiva e fiscalizadora; assegurando a participação das expressões artísticas e culturais que fazem a diversidade cultural brasileira, considerando, ainda, a representação regional/territorial e a inclusão das populações historicamente invisibilizadas;
- (c) a realização, a cada quatro anos, da Conferência Nacional de Cultura (CNC), precedida das conferências estaduais, distritais, municipais e setoriais, com ampla participação social;
- (d) a normatização do pacto federativo na gestão das políticas culturais para assegurar a pactuação de competências e responsabilidades entre os entes, assegurando a transferência regular de recursos e o pleno funcionamento das Comissões Intergestores;
- (e) o fortalecimento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), incluindo a criação do Cadastro Único Cultural, de modo a orientar estados,

Distrito Federal e municípios na implementação de políticas públicas;

- (f) a implantação de programa nacional de formação na área da cultura voltado para a qualificação de agentes culturais das diversas instâncias do SNC;
- (g) a simplificação e desburocratização dos marcos legais do SNC, em especial dos instrumentos de fomento e incentivo;
- (h) a implantação de um programa nacional, visando a estruturação e o fortalecimento dos órgãos gestores da política cultural, contemplando a qualificação dos agentes e o apoio à estruturação dos órgãos gestores (transporte, equipamentos, mobiliários, etc.);
- (i) o fortalecimento dos Escritórios Estaduais do MinC, visando a ampliação da presença, do diálogo e do suporte aos gestores e agentes culturais;
- (j) a implantação dos sistemas e planos setoriais de cultura, bem como a revisão daqueles já existentes.

5ª

IDEIA CENTRAL: criação do Fundo Setorial Nacional Cultura Infância.

Criação do Fundo Setorial Nacional Cultura Infância, composto por recursos provenientes de multas resultantes de processos ligados à Resolução 163/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em alinhamento ao previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Código de Defesa do Consumidor, com ações geridas por um Conselho Nacional Cultura Infância, composto de forma tripartite por: 1/3 de integrantes do Ministério da Cultura (MinC) e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), 1/3 de representantes da Política Nacional Cultura Viva (PNCV) e 1/3 de agentes culturais da sociedade civil, complementado por uma sala técnica consultiva composta por igual número de pessoas de 0 a 12 anos.

EIXO 2 Democratização do acesso à cultura e Participação Social

1ª

IDEIA CENTRAL: criar e garantir políticas públicas e a participação ativa da cultura Hip-Hop, LGBTQIAPN+ e capoeira em instâncias decisórias no cenário cultural do país.

Criar e garantir políticas públicas e a participação ativa da cultura Hip-Hop, LGBTQIAPN+ e capoeira em instâncias decisórias no cenário cultural do país, como meta estruturante de reparação histórica, regulamentando e implementando o Decreto Presidencial nº 11.784/2023, que reconhece o Hip-Hop como referencial da cultura brasileira, assegurando assento no Conselho Nacional de Cultura. Criação de setoriais transversais em todos os colegiados do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a manutenção de cadeiras culturais em órgãos federais de cultura, conselhos culturais, comissões de avaliação de projetos culturais e demais espaços de decisão da política cultural, assegurando a participação destes públicos em conferências, fóruns e encontros.

2ª

IDEIA CENTRAL: ampliar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), como política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Ampliar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) como política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC), promovendo o exercício e a consciência dos direitos culturais, fortalecendo valores democráticos, a alteridade, a criatividade, a expressão, a ampliação de repertórios, a qualificação de ambientes sociais, a educação popular, a economia solidária, a cultura digital, a memória, a contracolônização e o bem viver. Potencializar os grupos culturais, os territórios, as comunidades, as diversas linguagens artísticas, a participação popular e a atuação em redes, com recorte nas culturas populares, povos e comunidades tradicionais, indígenas, ciganas, ribeirinhas, quilombolas, de matrizes africanas, rurais e da reforma agrária, povos das águas, povos da floresta, fronteiriços, periféricos e de favela, populações empobrecidas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, além da diversidade

de e o combate às desigualdades na seleção de Pontos e Pontões de Cultura,, Pontos de Memória, Pontos de Memória dos territórios indígenas, casas de reza dos territórios indígenas e Pontos de Memória dos povos de matrizes africana, Pontinhos de Cultura, Pontos de Leitura, bibliotecas comunitárias e rurais, cineclubes, circos, Pontos de Cultura e de Memória no exterior, a concessão de bolsas para agentes do Cultura Viva e para mestres e mestras das culturas populares. A garantia da descentralização territorial deve ser estabelecida em um pacto federativo que parta da centralidade da municipalização na aplicação de recursos, com a regionalização e o apoio às redes como atribuição dos governos estaduais; e a implementação de orçamentos participativos para orientação dos recursos, reduzindo/extinguindo a disputa via editais, e reconhecendo o Fator Amazônico.

3ª

IDEIA CENTRAL: fortalecer o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e implantar o Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC).

Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e implantar o Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC), por meio de lei, com ênfase em assessoria técnica multidisciplinar para criação de polos e comitês regionais de cultura em todas as regiões do país e no exterior, aprimorando-se a utilização do Índice Territorial dos Comitês de Cultura (ITCC) como instrumento de orientação do direcionamento da política cultural. Além disso, promover políticas de cotas raciais e sociais para populações negras, quilombolas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiro de matriz africana, povos indígenas, mestres e mestras, assentados dos territórios da reforma agrária, pessoas em situação de privação de liberdade nas penitenciárias, povos do mar, ribeirinhos, periféricos e de favela, dos sertões, pantaneiros, fronteiriços e amazônidas, povos do Cerrado caiçaras, agrestinos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, povos ciganos e comunidades rurais, valorizando os agentes

já atuantes no território. Estabelecer diretrizes para a criação, fortalecimento, ampliação, consolidação e manutenção dos conselhos de cultura e demais instâncias de participação, em todos os níveis de governo, criando estruturas que garantam a governança e representatividade social no debate, elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas culturais, bem como a deliberação e fiscalização do orçamento destinado à cultura, por meio das seguintes medidas:

- (a) normatização da composição dos conselhos municipais, estaduais e distrital, com eleição entre pares da presidência em mesa diretora;
- (b) legitimação de fóruns, comitês e coletivos culturais nos processos de consulta pública acerca de políticas públicas;
- (c) ampla formação dos conselheiros;
- (d) facilitação do acesso e permanência nos espaços de participação, especialmente na região Norte, considerando o Fator Amazônico;
- (e) dinamização dos espaços de participação, com conferências, comissões, debates, palestras, caravanas, intercâmbios entre os municípios e fóruns permanentes descentralizados;
- (f) desenvolvimento de mecanismos digitais de participação e de comunicação em rede, em múltiplos formatos acessíveis;
- (g) comissões de diversidade cultural que considerem a transversalidade de gênero, raça e acessibilidade;
- (h) cadeiras específicas que contemplem as diversas atuações e territórios, bem como povos e comunidades tradicionais, negros, pardos, indígenas, caboclos, afrodescendentes, quilombolas, ciganos, assentados de reforma agrária, mulheres, população LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, neurodivergentes, trabalhadores da cultura, povos de matriz africana, cultura de rua, Hip-Hop, funk, artistas nômades e circenses, refugiados, imigrantes, pessoas em situação de rua, pessoas em situação de privação de liberdade, idosos, cultura alimentar e demais grupos socialmente excluídos e expressões culturais invisibilizadas;

- (i) estabelecer critérios sobre conflitos de interesse que impeçam a representação dos assentos no CNPC;
- (j) promoção, com maior frequência, de consultas públicas, seminários, conferências e fóruns de discussão nas diversas áreas culturais, estabelecendo um calendário fixo para a escuta ativa na construção de políticas, processos e eventos culturais, descentralizando o debate, por meio da realização das ações em locais fora da capital e grandes centros urbanos, e garantindo a diversidade dos participantes além de condições de acessibilidade em suas múltiplas dimensões, bem como criando estruturas de comunicação que possam reunir e disponibilizar as informações produzidas, como em sites, catálogos e revistas eletrônicas;
- (k) formulação e implementação de um programa de acessibilidade cultural nos instrumentos de participação e construção de políticas públicas culturais, tais como conferências, conselhos, fóruns, comissões, grupos de trabalho, comitês e demais espaços dedicados à qualificação de políticas públicas. Desde o início, a representatividade deve ser garantida por documentos legais que prevejam um percentual quantitativo obrigatório de participação de artistas, intelectuais e agentes culturais com deficiência, integrantes da cultura DEF, das culturas surdas e da cultura do acesso. O programa deve contemplar projetos e ações de reconhecimento da criação artística e cultural desse público nos espaços culturais e de lazer, museus e instituições de memória, incluindo nesse processo os direitos, as identidades e as visibilidades sociais, culturais, comunicacionais e linguísticas das pessoas com deficiência, diferentes identidades corporais, a preservação do patrimônio cultural, a história dos movimentos sociais e a produção cultural contemporânea das pessoas com deficiência.

4ª

IDEIA CENTRAL: garantir assento para todas as setoriais e retorno da eleição de representantes pela sociedade civil.

Reestruturar e democratizar o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), a partir da revisão da composição e funcionamento, de modo a:

- (a) garantir assento para todas as setoriais e retorno da eleição de representantes pela sociedade civil;
- (b) instalar fóruns regionais, contemplando a representatividade de cada estado;
- (c) ter um olhar diferenciado para os estados que compõem a Amazônia Legal, considerando o Fator Amazônico;

- (d) implementar um programa de formação permanente de conselheiros, setoriais, regionais, atores e agentes culturais em diálogo com a participação dos entes federados;
- (e) reconhecer e garantir assento a outras e/ou novas expressões e manifestações artísticas e culturais, fortalecendo as identidades regionais, étnico-raciais, de gênero e sexualidade;
- (f) incluir as cadeiras de artes visuais, música, teatro, teatro de bonecos, dança, circo, audiovisual, literatura/livro/leitura, arte digital, arquitetura e urbanismo, design, artesanato, moda, economia popular e solidária, cultura Hip-Hop, funk, patrimônio cultural, Pontos de Cultura e Memória,, culturas populares, cultura de rua e arte urbana, culturas indígenas, culturas afro-brasileiras, produção cultural, cultura infância, capoeira, biomas-cultura e natureza, culturas de favela, povos tradicionais de matriz africana, áreas técnicas, familiares de presos, agricultura familiar, assentados de reforma agrária, povos das águas, povos das florestas, povos ciganos, povos quilombolas, povos e comunidades tradicionais, cultura alimentar, cultura LGBTQIAPN+, pessoa idosa e cultura DEF.

5ª

IDEIA CENTRAL: estabelecer tratados de integração cultural entre os países que formam parte da Amazônia. Aprimorar a plataforma Mapa Cultural Programas que prevejam difusão, formação, fomento, distribuição e memória. Descentralizar e democratizar as políticas de fomento e financiamento às artes e à cultura.

Estabelecer tratados de integração cultural entre os países que formam parte da Amazônia, estabelecendo diretrizes para as regiões de fronteira e os corredores de integração cultural, como circuitos culturais, redes de intercâmbio, cooperação e convivência entre povos; além de criar um fórum permanente, com representação dos municípios de fronteira amazônica, para elaboração e implementação de políticas públicas de integração cultural e interlocução com os governos municipais, regionais e nacionais, bem como viabilizar planos e programas governamentais que garantam suporte e recursos para elaboração de projetos culturais transfronteiriços, com ênfase nas práticas interculturais e socioeconômicas sustentáveis dos povos indígenas e tradicionais que habitam a Amazônia.

Sob essa perspectiva, assegurar um olhar diferenciado para o Norte e territórios Amazônico, pantaneiro e fronteiriços, com implementação de programas que prevejam difusão, formação, fomento, distribuição e memória, considerando as especificidades de cada estado da re-

gião, entendendo os territórios culturais e de fronteiras e seus desafios de logística e acesso (distâncias, infraestrutura de estradas precárias, trânsito fluvial e hidrovias afetadas pela emergência climática), a diversidade cultural e o Fator Amazônico, pantaneiro e fronteiriço (desenhado pelas suas fronteiras de floresta e águas que tornam o acesso extremamente difícil, de modo a promover a qualidade e alcance da internet e equipamentos tecnológicos para assegurar direitos de acesso, criação, produção e circulação de bens culturais.

Para tanto, garantir fomento, considerando o Fator Amazônico e orçamento adequado a todas as realidades locais do país para a realização e viabilização regular de espaços de diálogo para articulação, debate e aperfeiçoamento de políticas públicas de cultura, vinculados aos conselhos municipais, estaduais e nacional de política cultural, tendo como referência os povos e comunidades tradicionais e originários, considerando a Lei 11.645/08, trabalhadores e fazedores da cultura, trabalhadores das áreas técnicas, mestres e mestras, jovens lideranças detentores de saberes tradicionais, grupos, coletivos e festas de culturas populares e tradicionais, o que inclui a cultura da infância em parceria com secretarias de educação, culturas urbanas, periféricas e de favela, cultura Hip-Hop, capoeira, caixas, movimento junino, movimento funk, assentados de reforma agrária, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, povos de matriz africana e povos originários, de modo que os equipamentos culturais sirvam como uma forma de preservação e divulgação continua acessível em múltiplos formatos e dos saberes e fazeres, considerando a Convenção 169 da OIT, Decreto 6040, garantia de salvaguarda e proteção das expressões culturais, patrimônio genético e conhecimento tradicional associado em acordo com protocolos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Descentralizar e democratizar as políticas de fomento e financiamento às artes e à cultura por meio do Sistema MinC, garantindo a pactuação entre os entes federativos na formulação, planejamento, ampliação

e efetivação de suas políticas, editais, programas, projetos e ações culturais com foco na participação social e em comunidades e municípios periféricos, acampamentos e assentamentos de reforma agrária e povos originários, consultando os dados a serem atualizados no Sistema Nacional de Informação de Indicadores Culturais (SNIIC) e/ou do Mapas Culturais, visando a distribuição equânime dos recursos a partir do número de agentes culturais e não apenas do número de habitantes, a fim de garantir a acessibilidade de todas as pessoas, fortalecendo também a política de fomento cultural, através das transferências fundo a fundo, a exemplo da Lei Paulo Gustavo (LPG) e da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).

Para tanto, aprimorar a plataforma Mapa Cultural, para que se torne acessível a todos os fazedores de cultura e gestores culturais de forma que os municípios, estados e Distrito Federal tenham a responsabilidade da alimentação e manutenção com estratégia de busca ativa e oralidade dos povos de cultura de matriz africana, povos e comunidades tradicionais de terreiro de matriz africana, povos originários indígenas e ciganos, com a finalidade de identificar e cadastrar os fazedores de cultura nacionalmente, buscando, assim, promoção de fomento, formação continuada e acessibilidade às políticas públicas de cultura, por meio de editais de iniciativas pública e privada.

EIXO 3 Identidade, Patrimônio e Memória

1ª

IDEIA CENTRAL: continuidade à Política Nacional de Proteção e Valorização dos Conhecimentos e Expressões das Culturas Populares e Tradicionais.

- Dar continuidade à Política Nacional de Proteção e Valorização dos Conhecimentos e Expressões das Culturas Populares e Tradicionais (atual meta 4 do Plano Nacional de Cultura – PNC), sob articulação do Ministério da Cultura, tendo como prioridades:
- (a) elaboração e implementação de um Plano Nacional para as Culturas Populares e Tradicionais que reconheça e promova os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiro de matriz africana, povos ciganos, povos negros, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e neurodivergentes, ribeirinhos, comunidades rurais, mestres e mestras da cultura popular, povos fronteiriços, povos circenses, imigrantes e refugiados, culturas urbanas, Hip-Hop, funk, povos do campo, assentados da reforma agrária, entre outros, considerando o Fator Amazônico, assegurando o protagonismo destes nas diversas etapas dos processos de tomada de decisão;
 - (b) aprovação da Lei dos Mestres e da Lei do Patrimônio Vivo, garantindo bolsas vitalícias concedidas por instituições de ensino públicas e/ou privadas, equiparadas às bolsas de doutorado e mestrado;
 - (c) destinação de 30% do orçamento da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) para esse segmento;
 - (d) parcerias com instituições de ensino e pesquisa, públicas ou privadas, para a outorga de títulos de notório saber e inclusão remunerada dos mestres e mestras como professores nas universidades, institutos federais e escolas das redes públicas, museus, arquivos e bibliotecas, colaborando com a efetivação da Lei 11.645/2008;
 - (e) incremento e simplificação dos processos de tombamento e registro, garantindo a responsabilização dos entes federativos pelas ações de preservação e salvaguarda em uma gestão partilhada com a sociedade civil;
 - (f) criação de Pontos de Cultura e Pontos de Memória nas comunidades objeto deste programa.

2ª

IDEIA CENTRAL: promover a criação e manutenção do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural e fortalecimento do Sistema Brasileiro de Museus, em articulação com o Sistema Nacional de Cultura. Criar o Fundo Nacional do Patrimônio Cultural e o Fundo Nacional de Proteção à Memória e Museus; fundos setoriais para arquivos, bibliotecas públicas e comunitárias, cinematecas, instituições de preservação de acervos audiovisuais, acervos arqueológicos e acervos ferroviários.

Promover a criação e a manutenção do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural e fortalecimento do Sistema Brasileiro de Museus, em articulação com o Sistema Nacional de Cultura, identificando responsabilidades dos entes federativos e criando o Fundo Nacional do Patrimônio Cultural e o Fundo Nacional de Proteção à Memória e Museus, bem como fundos setoriais para arquivos, bibliotecas públicas e comunitárias, cinematecas, instituições de preservação de acervos audiovisuais iconográficos, acervos arqueológicos e acervos ferroviários, garantindo o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura, de modo a ampliar a destinação de recursos aos entes federativos e instituições federais, de maneira equitativa entre capitais, municípios do interior e periféricos, para a criação e a manutenção de centros de memória e vivência cultural, museus, bibliotecas, arquivos, sítios arqueológicos, espaços de memória da moda brasileira e ancestral que observem as ferramentas, a confecção e a indumentária da moda do país, além de projetos educativos e inventários participativos dos bens culturais. Criar políticas e planos setoriais de patrimônio cultural e museus para promover o mapeamento, registro, pesquisa, tombamento, repatriação, restauração dos patrimônios, manutenção e preservação dos patrimônios naturais e ancestrais, históricos e culturais, materiais e imateriais, conforme Art. 216 da CF/88, fortalecendo estratégias de fomento aos espaços de memória e às instituições representativas na salvaguarda dos patrimônios culturais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Fundação Cultural Palmares (FCP), Fundação Nacional dos Povos Indígenas Funai e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Além disso, garantir que a distribuição de recursos seja feita de forma equânime, considerando aspectos étnicos, linguísticos, culturais, bem como características regionais, históricas e socioculturais, objetivando reparações históricas aos povos negros, pardos, indígenas, quilombolas, ciganos, nômades, do carimbó, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, neurodivergentes, cultura de rua, populações relacionadas à memória da dor (atingidos por barragens, encarcerados e mortos pela ditadura, entre outros), mulheres, pessoas trans e não binárias, Hip-Hop, funk, refugiados, pessoas em situação de rua, idosos e demais populações periféricas e de favela, ribeirinhos, povos circenses, fronteiriços, imigrantes e outros grupos invisibilizados, consideran-

do o Fator Amazônico e garantindo a ampla participação da sociedade civil. Assegurar, em todos os estados, políticas públicas de preservação e gestão do patrimônio cultural e marcos legais e institucionais com previsão de recursos orçamentários, repasses aos estados, Distrito Federal e municípios, incentivos fiscais para garantir programas, projetos e mecanismos de fomento, estímulo, para ações de pesquisa, registro, catalogação, preservação, valorização, difusão, acesso, promoção, proteção e salvaguarda, reconhecendo o direito à história, memória, identidade e diversidade cultural, efetivando os sistemas, por meio da promoção de políticas públicas de preservação da materialidade e imaterialidade dos bens culturais, de modo a:

- (a) identificar, mapear, implantar e reconhecer espaços de difusão e memória;
- (b) fomentar a pesquisa e o registro de bens culturais;
- (c) criar espaços de diálogo com a sociedade civil;
- (d) cartografar a diversidade das expressões culturais brasileiras, contemplando a multiplicidade étnica, cultural, territórios e biomas, no passado e no presente, considerando a parceria com o Ministério da Educação (MEC), na implementação das Leis 10639/03 e 11.645/08, e regionalizando histórias e culturas invisibilizadas nas diretrizes curriculares.

3ª

IDEIA CENTRAL: criar uma política descentralizada específica, localizada e acessível de educação cultural, popular, patrimonial e museal com planos e programas intersetoriais em espaços formais e informais (como quilombos, praças, entre outros) e numa estrutura interministerial.

Criar uma política descentralizada específica, localizada e acessível, de educação cultural, popular, patrimonial e museal, com planos e programas intersetoriais em espaços formais e in-

formais (como quilombos e praças, entre outros) e numa estrutura interministerial, articulando as políticas culturais de museologia social e educação museal, educação patrimonial, educação intercultural, integral e integrada alocadas no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Cultural Palmares (FCP) e Ministério da Educação (MEC), como estratégias de reparação histórica de populações subalternizadas, priorizando a construção coletiva e participativa de programas, projetos e ações com os diferentes grupos sociais e valorizando o território, autogestão da memória e o protagonismo desses grupos na identificação e gestão de suas referências culturais. Garantir a inclusão do ensino das artes, cultural, patrimonial e museal nos currículos escolares, de modo a promover a elaboração de projetos culturais educativos, que envolvam a integração da educação com a cultura, o fortalecimento de redes de apoio do cadastro do Cultura Viva, colaboração e reconhecimento do patrimônio cultural e natural, o estímulo a práticas e ações educativas em museus de conservação e preservação patrimonial e estímulos de práticas educativas em museus e memórias LGBTQIAP+. Além disso, promover:

- (a) o desenvolvimento de pesquisas qualitativas e quantitativas, publicações, cartilhas, tecnologias digitais, conteúdos culturais educativos e materiais didáticos específicos e localizados;
- (b) a contratação de profissionais das áreas artísticas, patrimoniais e culturais nas escolas;
- (c) a formação de profissionais da educação, com mecanismos de acompanhamento, avaliação e formação, e educação continuada;
- (d) a criação de cursos continuados de nível técnico e superior que abordem a preservação do patrimônio cultural;
- (e) a realização de rodas de conversas e de leitura, feiras literárias, exposições, saraus, oficinas, cursos, eventos, bibliotecas, arquivos, programas de formação cultural e intercâmbios com espaços culturais;
- (f) a valorização, a preservação e a divulgação das manifestações culturais e das profissões artísticas, tais como: dança, teatro, música, capoeira, audiovisual (produção, preservação e difusão de acervos), artesanato, culturas urbanas, artes visuais, circo, cultura Hip-Hop, funk, literatura, design e culturas tradicionais, os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiros de matriz africana, povos ciganos, povos negros, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e neurodivergentes, ribeirinhos, comunidades rurais, mestres e mestras da cultura popular, povos fronteiriços, povos circenses, imigrantes e refugiados, culturas urbanas, povos do campo, assentados da reforma agrária, entre outros, considerando o Fator Amazônico. Dialogar com o comitê técnico interministerial de cultura e educação.

4ª

IDEIA CENTRAL: Política Nacional de valorização das identidades culturais de bem viver.

Criar e implementar uma Política Nacional de valorização das identidades culturais de bem viver, por meio do apoio ao reconhecimento, à produção, difusão e salvaguarda da arquitetura e urbanismo populares e anti-hegemônicos como direito e estratégia de integração cultural e territorial, bem como da valorização contínua dos saberes e fazeres dos diferentes grupos, povos e comunidades, através:

- (a) da educação e formação profissional oferecida por mestres e mestras dos territórios, sendo centros de memória e Cultura Viva;;
- (b) do mapeamento e inventário sociocultural e socioambiental das iniciativas já existentes;
- (c) da elaboração de instrumentos de fomento direto com distribuição dos fundos de forma equânime em todos os territórios;
- (d) da cocriação e construção coletiva de micro intervenções e do desenvolvimento, qualificação e manutenção de edifícios e espaços públicos e de base comunitária, fixos ou itinerantes, com impacto ambiental e social positivo e acessibilidade universal;
- (e) do serviço permanente de assessoria e assistência técnica de arquitetos e urbanistas;
- (f) da criação de instâncias participativas de acompanhamento, monitoramento e gestão compartilhada dos patrimônios culturais, naturais e ancestrais e da arquitetura da paisagem (rural e urbana), priorizando os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiros de matriz africana, povos ciganos, povos negros, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e neurodivergentes, ribeirinhos, comunidades rurais, mestres e mestras da cultura popular, povos fronteiriços, povos circenses, imigrantes e refugiados, culturas urbanas, Hip-Hop, funk, povos do campo, assentados da reforma agrária, entre outros, considerando o Fator Amazônico;
- (g) da internacionalização da cultura e dos saberes e fazeres dos mestres da cultura, através da realização de festivais de música, exposições, saraus, oficinas, cursos e outros eventos em espaços e equipamentos culturais no exterior;

- (h) do monitoramento contínuo e fiscalização específica com publicação de relatórios periódicos da proteção do patrimônio cultural natural dentro das poligonais de tombamento nos estados abrangidos pela reserva da biosfera.

5ª

IDEIA CENTRAL: valorizar e fortalecer a salvaguarda dos bens culturais e de ciência e tecnologia.

Criar e implementar políticas públicas para valorizar e fortalecer a salvaguarda dos bens culturais e de ciência e tecnologia, promover a comunicação e atualizar periodicamente os acervos de arquivos históricos, garantindo o seu acesso público, mediante um banco de dados digital unificado e publicações impressas, compostos por acervos dos três níveis da federação. Garantir o fomento aos acervos públicos e privados, por meio de editais e políticas públicas, de modo a promover:

- (a) a digitalização dos acervos referentes aos patrimônios material, imaterial e natural, garantindo sua preservação;
- (b) o fomento a ações para proteção e armazenamento de acervos representativos da produção cultural brasileira, tais como: acervos de música, de dança, de arquitetura e urbanismo, arqueológicos, de design, de cinema, de teatro, da moda, do artesanato e cultura popular, das culturas indígenas, da cultura afro-brasileira e outros acervos referentes aos segmentos e manifestações representativas do povo brasileiro;
- (c) o fomento à pesquisa documental e aos meios necessários para tornar o acervo acessível às pessoas com deficiência;
- (d) um inventário documental que promova o registro dos territórios brasileiros e suas especificidades, com ênfase nos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiros de matriz africana, povos ciganos, povos negros, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e neurodivergentes, ribeirinhos, comunidades rurais, mestres e mestras da cultura popular, povos fronteiriços, povos circenses, imigrantes e refugiados, culturas urbanas, Hip-Hop, funk, povos do campo, assentados da reforma agrária, entre outros, considerando o Fator Amazônico e evidenciando a diversidade dos aspectos artísticos e culturais brasileiros.

EIXO 4 Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural

1ª

IDEIA CENTRAL: criar, de forma democrática e com participação social, uma política afirmativa de bolsas para artistas, fazedores e trabalhadores da cultura (Bolsa Cultura).

Criar, de forma democrática e com participação social, uma política afirmativa de bolsas para artistas, fazedores e trabalhadores da cultura (Bolsa Cultura), garantindo a ampla inclusão e participação de populações e grupos historicamente invisibilizados, como mulheres, pessoas negras, quilombolas, ciganos, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos tradicionais de terreiros de matriz africana, povos nômades e em mobilidade territorial, circenses, população LGBTQIAPN+, povos e comunidades tradicionais, populações do campo, das águas e florestas, populações caboclas, balseiros, ribeirinhos, comunidades da agricultura familiar, população fronteiriça, população em situação de rua, artistas de rua, artistas do Hip-Hop, capoeiristas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, apátridas, refugiados, pessoas idosas, crianças, pessoas com deficiência, pessoas com neurodivergência, egressos do sistema prisional e demais fazedores de cultura invisibilizados socialmente.

2ª

IDEIA CENTRAL: criar diretrizes específicas dentro do Plano Nacional de Cultura (PNC).

Criar diretrizes específicas dentro do Plano Nacional de Cultura (PNC), considerando o Fator Amazônico, para culturas e fazedores de culturas historicamente invisibilizadas, respeitando a diversidade cultural, em todas as dimensões de acessibilidade e a transversalidade de raça e gênero, estimulando uma política de enfrentamento ao racismo e quaisquer tipos de preconceitos religiosos e linguísticos, em articulação com o Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e demais políticas de enfrentamento ao capacitismo, machismo, LGBTQIAPN+fobia, xenofobia, etarismo, sexismo e intolerâncias correlatas nas políticas de promoção cultural.

3ª

IDEIA CENTRAL: garantir, potencializar e financiar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/14) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Elaboração, criação e implementação do Programa Nacional de Cultura dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas.

Garantir, potencializar e financiar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/14) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como a elaboração, criação e implementação do Programa Nacional de Cultura dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas, considerando a diversidade de mulheres, negros e negras, quilombolas, ciganos, povos indígenas, povos de cultura de

matriz africana, povos tradicionais de terreiros de matriz africana, povos nômades e em mobilidade territorial, povos e comunidades tradicionais, populações do campo, das águas e florestas, populações caboclas, comunidades da agricultura familiar, população LGBTQIAPN+, população fronteiriça, população em situação de rua, artistas de rua, artistas do Hip-Hop, capoeiristas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, apátridas, refugiados, idosos, crianças, pessoas com deficiência, neurodivergentes, pessoas em privação de liberdade, egressos do sistema prisional e demais fazedores de cultura invisibilizados socialmente, bem como fazedores de cultura brasileira no exterior.

4ª

IDEIA CENTRAL: criar o Programa Nacional de Formação Continuada de responsabilidade do poder público, inclusive com cursos virtuais e etapas obrigatórias (de treinamento qualificado anticapacitista) para acesso a mecanismos de fomento direto e indireto.

Criar o Programa Nacional de Formação Continuada de responsabilidade do poder público, inclusive com cursos virtuais e etapas obrigatórias de treinamento qualificado anticapacitista, para acesso a mecanismos de fomento direto e indireto pelo Ministério da Cultura, com a participação de entidades representativas e em parceria com Ministério da Educação (MEC), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério das Mulheres (MM), Ministério da Igualdade Racial (MIR), Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Ministério do Turismo (MTur), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Comunicação (MCom) e Conselho Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, para promover a qualificação cultural de estudantes, educadores, gestores e fazedores de cultura, garantindo:

- (a) a conscientização sobre a importância da diversidade, identidade e acessibilidade cultural;
- (b) o enfrentamento do racismo, da LGBTQIAPN+fobia, do capacitismo, da misoginia, do feminicídio, do genocídio da população negra, do extermínio dos povos indígenas, da intolerância religiosa, racismo

- religioso e das demais formas de violência, opressão, desinformação, discriminação e preconceito;
- (c) treinamento qualificado anticapacitista no uso de recursos de acessibilidade em seus diversos prismas, como arquitetônico, digital, cultural, programático, metodológico, estético, natural, atitudinal, instrumental e comunicacional, entre outros;
- (d) o letramento cultural, racial, de gênero e sexualidades, de acessibilidade e de povos tradicionais e originários, pessoas migrantes, indígenas e de matriz africana e outras diversidades nas escolas, setor público e espaços culturais, respeitando as realidades dos estados de fronteiras geográficas, e as línguas faladas no território;
- (e) o fortalecimento da pedagogia griô e da cultura Hip-Hop, como pedagogia de base periférica, no sistema de educação básica e unidades de atendimento socioeducativo, bem como a integração de programas artísticos e culturais nas escolas, ofertando educação cultural com base nos sabores, fazeres e saberes tradicionais e de base comunitária, para incentivar o contato dos estudantes com as expressões da diversidade desde a infância;
- (f) a transversalidade da cultura com temáticas da educação, saúde e assistência social, bem como com questões econômicas, históricas e socioambientais;
- (g) a promoção de campanhas de conscientização e processos formativos, intercâmbios, vivências, palestras e oficinas entre artistas, estudantes e trabalhadores da cultura, que reconheçam e divulguem nas escolas, museus, Pontos e Pontões de Cultura,, centros culturais, universidades, bibliotecas, arquivos e espaços públicos em geral, as iniciativas, lutas e culturas invisibilizadas dos povos indígenas, tradicionais, povos de matrizes africanas, quilombolas, juventudes, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, pessoas com neurodivergência, comunidades linguísticas, povos ciganos, mulheres, pessoas negras e demais populações e grupos apagados da história, possibilitando que as vozes silenciadas e desprezadas se manifestem através de marcos legais, políticas públicas, programas e projetos que promovam a história, memória e cultura dos grupos interseccionais oprimidos;
- (h) reformulação junto ao Ministério de Educação do currículo dos cursos de licenciatura no ensino superior para inclusão das questões de acessibilidade;
- (i) formação para uso da linguagem neutra.

5ª

IDEIA CENTRAL: garantir a reparação histórica para os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, comunidades rurais, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, juventudes e demais populações periféricas e de favela, vulnerabilizadas, desassistidas e invisibilizadas.

Garantir a reparação histórica para os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, comunidades rurais, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, juventudes e demais populações periféricas e de favela, vulnerabilizadas, desassistidas e invisibilizadas, de modo a promover:

- (a) a implementação de políticas afirmativas e pontuações extras em editais, considerando o notório saber dos povos e comunidades tradicionais, pautados na oralidade, contemplando pessoas físicas e empresas vocacionadas;
- (b) a ampliação de políticas de fomento financeiro e de formação de agentes culturais;
- (c) a inclusão de pessoas que possuam a vivência e a identidade cultural de seus territórios no corpo dos conselhos de cultura;
- (d) o acesso facilitado a festivais, apresentações e equipamentos culturais;
- (e) políticas de territorialização que contemplem de maneira equânime a todas as regiões do país, com ênfase nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e regiões das fronteiras, tais como editais exclusivos e descentralização do recurso para cidades de pequeno e médio porte;
- (f) realizar o mapeamento e cadastramento, através de busca ativa, nos territórios dos grupos supracitados, a fim de garantir a participação destes nas políticas de fomento, oferecendo formação para a redação de projetos para editais.

EIXO 5 Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

1ª

IDEIA CENTRAL: criar um Sistema de Proteção Social para as/os trabalhadoras/es da cultura.

Criar um Sistema de Proteção Social para as/os trabalhadoras/es da cultura, considerando as especificidades étnico-raciais, sociais, de acessibilidade, de pessoas com deficiência, culturais, artísticas e técnicas de cada região, dentro da diversidade territorial, inclusive o Fator Amazônico, a partir da implementação de um cadastro único da cultura e atualização da Lei nº 6.533/78 e Lei nº 13.180/2015 para inclusão das novas atividades ainda não registradas, por meio do mapeamento e cadastramento das/os agentes culturais para atualização da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com a intenção de incluir as categorias não abarcadas no Microempreendedor Individual (MEI). Instituir o ramo da cultura na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), visando maior organicidade das/os trabalhadoras/es. Garantir os direitos trabalhistas, sociais, previdenciários e tributários, com aposentadoria especial às categorias que, no exercício da profissão, estão expostas à sazonalidade, intermitência, insalubridades, periculosidades e calamidades, viabilizando, ainda, algumas ações, como: fiscalização da atividade trabalhista, fomento, renda básica, plano de carreira, seguro desemprego, assistência social, habitacional e cuidados de saúde, incluindo trabalhadores formais e informais e de notório saber, das culturas, das artes, das áreas técnicas, do artesanato, do patrimônio cultural, da memória e dos museus.

2ª

IDEIA CENTRAL: garantir, aprimorar e fortalecer políticas públicas de apoio, fomento e financiamento à economia criativa e da cultura entre os entes federados, de modo a assegurar que sejam contempladas as diversidades territoriais e identitárias.

Garantir, aprimorar e fortalecer políticas públicas de apoio, fomento e financiamento à economia criativa e à cultura entre os entes federados, de modo a assegurar que sejam contempladas as diversidades territoriais e identitárias, incluindo o Fator Amazônico, assim como as especificidades dos setores criativos, nas diferentes etapas das cadeias produtivas do setor cultural e de tipo, porte (tamanho) e modelos de negócio, resguardando a atuação dos/as trabalhadores/as da arte e da cultura, das áreas técnicas, do artesanato, das culturas itinerantes, do patrimônio, da memória e dos museus, mestres e mestras dos saberes originários, populares e tradicionais, bem como as demais áreas e setores da cultura, garantindo a desburocratização e a simplificação dos processos, consi-

derando as singularidades culturais, étnico-raciais-sociais, de gênero e sexualidade, e de acessibilidade para todos/as. Para tanto, nesta proposta elencamos as seguintes estratégias:

- (a) revisão de legislações para o desenvolvimento de políticas permanentes e estruturantes, ampliando a participação dos setores criativos supracitados no Produto Interno Bruto (PIB) do país, garantindo empregabilidade, geração de renda e, ainda, a estabilidade e sustentabilidade de grupos, agentes culturais e territórios;
- (b) criação da Agência Nacional de Fomento à Cultura e Economia Criativa, para viabilizar a acessibilidade e o financiamento de equipamentos para o desenvolvimento de produtos culturais e da economia criativa nos setores criativos supracitados;
- (c) criação de fundos específicos para a economia criativa e aprimoramento dos fundos de cultura, repasses fundos a fundo, mecanismos de isenção fiscal e criação de linhas de crédito que considerem as especificidades dos setores criativos supracitados, a juros baixos, com carência mínima de um ano, incluindo parcerias público-privadas e sugerindo a participação dos bancos públicos, privados e comunitários, a exemplo de uma proposta de arrecadação direta e indireta de tributos da Rota Bioceânica, estabelecendo um corredor para a produção cultural ligada ao turismo e ao desenvolvimento socioeconômico do país, e à diplomacia cultural e integração da América do Sul, contemplando a facilitação das condições para exportação de bens e serviços culturais ao mercado internacional, contribuindo para a inserção do país no fluxo do comércio exterior;

- (d) contratação de percentual mínimo obrigatório de 50% de artistas, produtores e técnicos locais nos projetos culturais financiados através de leis e editais de incentivo cultural;
- (e) isenção fiscal para aquisição de material para execução, aprimoramento, preservação, conservação e restauro, estudo, seja de natureza física ou digital, aparelhos/maquinaria tecnológica ou instrumentos que provenham do exterior, como partituras, livros, maquinaria, matérias-primas, instrumentos musicais e outros, desde que não haja similares nacionais, de modo a democratizar o acesso a estes e desenvolvendo o setor e o fazedor de cultura em toda a sua potencialidade.

3ª

IDEIA CENTRAL: implementar os programas de formação na área da Cultura previstos na Lei do Sistema Nacional de Cultura de forma regionalizada e descentralizada, com uma oferta formativa ampla, flexível e diversificada, a ser realizada em rede, em espaços formais e informais em todos os territórios brasileiros.

Implementar os programas de formação na área da cultura previstos na Lei do Sistema Nacional de Cultura (SNC) de forma regionalizada e descentralizada, com uma oferta formativa ampla, flexível e diversificada, a ser realizada em rede, em espaços formais e informais em todos os territórios brasileiros. O programa deve ser elaborado com a participação efetiva de representantes de instituições de ensino e pesquisa, da sociedade civil e da diversidade das áreas e segmentos técnicos, artísticos, culturais e da economia criativa, considerando a acessibilidade plena e a equidade social, étnico-racial, de gênero e territorial.

4ª

IDEIA CENTRAL: elaborar e implementar a Política Nacional de Economia Criativa, com instância de participação, incluindo fóruns, colegiados e conselhos.

Elaborar e implementar a Política Nacional de Economia Criativa, com instância de participação,

incluindo fóruns, colegiados e conselhos. A política deverá contemplar programas intersetoriais de economia criativa com pactuação das responsabilidades e competências entre os entes federativos, em consonância com o Sistema Nacional de Cultura (SNC). A política deve estruturar programas voltados para os mapeamentos e a sistematização de indicadores que atendam às especificidades do setor cultural e seus impactos econômicos, de forma a trazer subsídios ao poder público, auxiliando-o numa gestão compartilhada mais eficaz e plural de financiamento, além de proteger as inúmeras linguagens, comprovando seu real impacto financeiro na economia, dando atenção às seguintes diretrizes:

- (a) inclusão do artesanato nas políticas e ações do plano, garantindo financiamento, mapeamento, formação e contemplação de artesãos e artesãs em seus respectivos territórios e segmentos;
- (b) criação de mecanismos para desonerar as taxas de impostos às Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e associações, para estarem totalmente legalizadas e possibilitando, assim, que as mesmas busquem as empresas privadas para investir em projetos e arte;
- (c) estabelecimento e adequação dos marcos legais da economia criativa brasileira;
- (d) garantia dos direitos trabalhistas, previdenciários, administrativos, comerciais e de propriedade intelectual dos trabalhadores, profissionais e empreendedores das artes e da cultura;
- (e) redução dos entraves à circulação e à exportação de bens e serviços culturais;
- (f) sustentabilidade na perspectiva do bem viver;
- (g) democratização do acesso à arte e à cultura nas diversas regiões, garantindo a participação equitativa de todos os estados e as múltiplas configurações territoriais, considerando o Fator Amazônico;
- (h) foco no empreendedorismo criativo, tendo como prioridade facilitar e desburocratizar o acesso à política por parte de comunidades tradicionais, cooperativas e associações culturais, agricultores familiares, agentes da cultura alimentar, mestres/as populares, produtores, técnicos e fazedores de cultura, culturas afro-brasileiras, afro-indígenas e povos de comunidades tradicionais, culturas itinerantes e brincantes;
- (i) retomada da isenção fiscal do Vale Cultura e reajuste de seu valor, incluindo novos públicos, priorizando juventudes, idosos, estudantes, servidores e funcionários públicos e beneficiários de programas sociais dos governos federal estaduais, municipais e

- do Distrito Federal, garantindo a estruturação e formalização das cadeias produtivas da cultura e o acesso à arte e à cultura;
- (j) valorização da força de trabalho do setor público da cultura com a realização de concursos públicos nas esferas municipal, distrital, estadual e federal, conjuntamente com a consolidação de planos de carreiras que valorizem o preparo técnico, formação, experiência e o notório saber (inclusive a oralidade dos mestres/as quilombolas e indígenas, entre outros/as);
- (k) criação de políticas setoriais para a economia das artes, do patrimônio cultural, da memória e dos museus, entre outros setores criativos.

5ª

IDEIA CENTRAL: fortalecer o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), garantindo integração com os sistemas correlatos estaduais, distritais e municipais, ampliando a rede de observatório da economia criativa e demais observatório culturais existentes em todas as esferas de governança para sistematizar gestão do conhecimento em escala nacional e medir indicadores de atividades culturais.

Fortalecer o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), garantindo integração com os sistemas correlatos estaduais, distritais e municipais, ampliando a rede de observatórios da economia criativa e demais observatórios culturais existentes em todas as esferas de governança para sistematizar a gestão do conhecimento em escala nacional e medir indicadores de atividades culturais, de modo a embasar a criação e a manutenção de políticas públicas para a cultura, além de pesquisas para o fortalecimento do campo do capital criativo humano, dialogando com ferramentas já existentes nos diversos entes federados.

EIXO 6 Direito às Artes e Linguagens Digitais

1ª

IDEIA CENTRAL: criar e implementar os sistemas setoriais das artes com todos os seus elementos.

Criar e implementar os sistemas setoriais das artes com todos os seus elementos (colegiados, planos e fundos setoriais), integrados ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) e em convergência com o Plano Nacional de Cultura (PNC) e a Política Nacional das Artes (PNA), garantindo a acessibilidade plena, a exequibilidade do Fator Amazônico e em áreas de difícil acesso, atuando de maneira efetiva na mitigação das desigualdades para produção e garantindo a inclusão das populações LGBTQIAPN+, negras, com deficiência, periféricas e de favela, povos do campo, das águas e florestas, pessoas idosas, infâncias, quilombolas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiro de matriz africana, indígenas, em situação de vulnerabilidade, população em situação de rua, pessoas egressas do sistema prisional, pessoas em conflito com a lei, pessoas neurodivergentes, cultura para saúde mental, pessoas refugiadas, comunidades circenses, ciganos e nômades, comunidades ribeirinhas e litorâneas, respeitando as interseccionalizações necessárias à nossa população, em todo o território nacional.

2ª

IDEIA CENTRAL: criação e implementação de instituições setoriais específicas. Criação dos fundos de fomento aos setores culturais e artísticos. Fortalecimento de instituições setoriais existentes.

Criar e implementar instituições setoriais específicas, tais como a Agência Nacional da Música, e o Instituto Brasileiro de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas e o Instituto da Língua Portuguesa, Libras e Braile Flammareon Cruz, entre outras, e criação dos fundos de fomento aos setores culturais e artísticos, em consonância com as demandas, necessidades e especificidades de cada setor, além do fortalecimento de instituições setoriais existentes, garantindo a acessibilidade plena.

3ª

IDEIA CENTRAL: fomentar, implementar e apoiar circuitos e festivais culturais dos povos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhas, afro e afrodescendentes.

Fomentar, implementar e apoiar circuitos e festivais culturais dos povos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhas, afro e afrodescendentes, com estímulo à produção da cultura digital, que contemplem as diferentes linguagens artísticas e apoiando artistas a aprimorar o uso da tecnologia para criação artística, valorizando a pluralidade das etnias existentes em todo território nacional, com a participação das instituições públicas de ensino federais, estaduais e distritais. A criação dos circuitos e festivais deve contar com a idealização de comitês de cultura, pontos de culturas digitais e demais pontos como base para o fomento do uso desses conteúdos, utilizando a criação de uma plataforma e de núcleos de pesquisas que assegurem que as produções sejam reconhecidas como patrimônio imaterial para assegurar direitos de uso, garantindo a acessibilidade plena.

4ª

IDEIA CENTRAL: elaborar e implementar a Política Nacional das Artes (PNA).

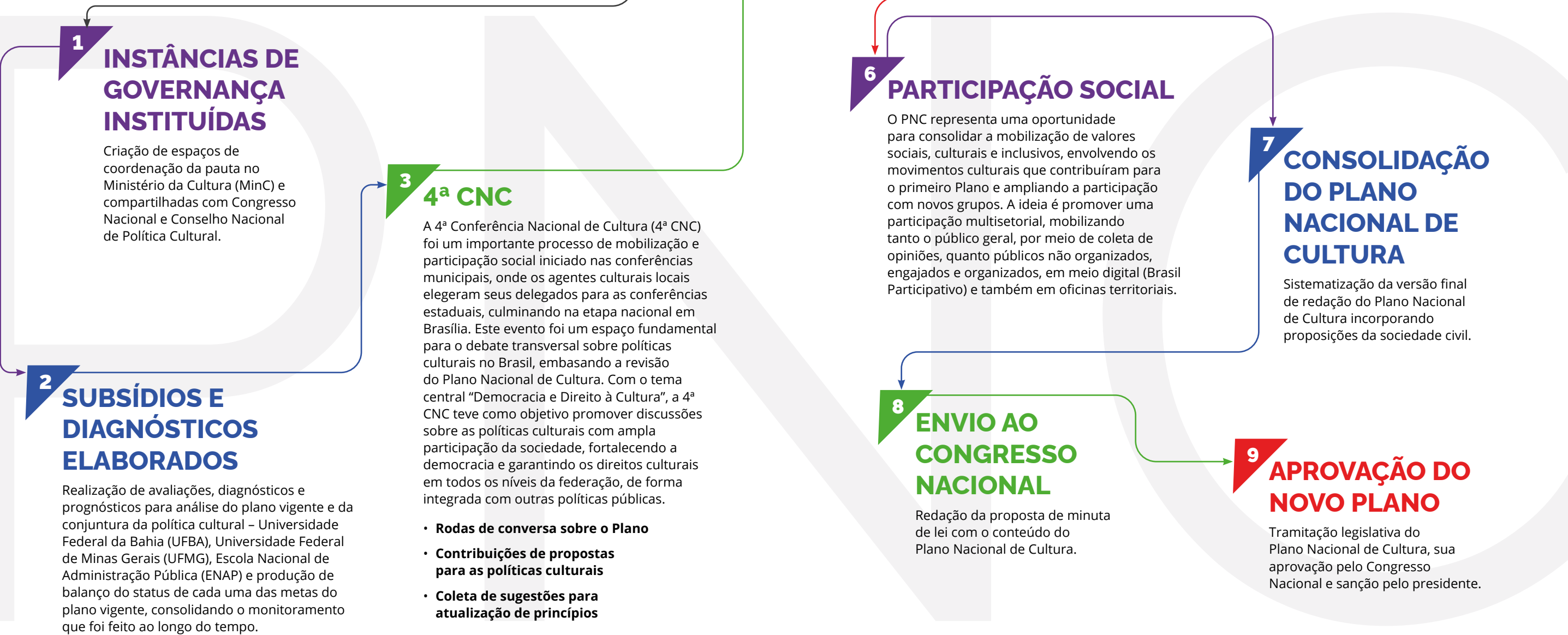
Elaborar e implementar a Política Nacional das Artes no âmbito do Ministério da Cultura e integrada ao Sistema Nacional de Cultura, em regime federativo de corresponsabilidade e com a definição de atribuições complementares entre municípios, estados, Distrito Federal e União, para garantia do direito à criação, produção, acesso, difusão nacional e internacional, formação, reflexão, pesquisa e memória das artes brasileiras, garantindo a acessibilidade plena e a exequibilidade do Fator Amazônico e em áreas de difícil acesso e atuando de maneira efetiva na mitigação das desigualdades para produção, assegurando a inclusão das populações LGBTQIAPN+, negras, com deficiência, periféricas e de favela, povos do campo, das águas e florestas, pessoas idosas, infâncias, quilombolas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiro de matriz africana, indígenas, em situação de vulnerabilidade, população em situação de rua, pessoas egressas do sistema prisional, pessoas em conflito com a lei, pessoas neurodivergentes, cultura para saúde mental, pessoas refugiadas, comunidades circenses, ciganos e nômades, comunidades ribeirinhas e litorâneas, respeitando as interseccionalizações necessárias à nossa população, em todo o território nacional.

5ª

IDEIA CENTRAL: realizar mapeamento e diagnóstico sobre a cultura e as artes no Brasil. Criar e manter uma plataforma digital nacional das artes.

Realizar mapeamento e diagnóstico sobre a cultura e as artes no Brasil, por meio de plataformas federadas e interoperáveis, desenvolvidas em software livre e fomentadas pelo Ministério da Cultura, com governança colaborativa, intersetorial e compartilhada, com API pública que permita o desenvolvimento e integração de outros serviços digitais, tais quais sites e aplicativos integrados e visualização por meio de filtros direcionados a políticas específicas, como dos Pontos e comitês de cultura, entre outros. Criar e manter uma plataforma digital nacional das artes, preferencialmente por meio do Mapas Culturais, com dados alimentados de maneira integrada por entes federados e sociedade civil, de forma pública, gratuita e com acessibilidade, visando promover o acesso, a memória, a pesquisa, a criação e a difusão das artes, garantindo a acessibilidade plena e a exequibilidade do Fator Amazônico e em áreas de difícil acesso, atuando de maneira efetiva na mitigação das desigualdades para produção e assegurando a inclusão das populações LGBTQIAPN+, negras, com deficiência, periféricas e de favela, povos do campo, das águas e florestas, pessoas idosas, infâncias, quilombolas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiro de matriz africana, indígenas, em situação de vulnerabilidade, população em situação de rua, pessoas egressas do sistema prisional, pessoas em conflito com a lei, pessoas neurodivergentes, cultura para saúde mental, pessoas refugiadas, comunidades circenses, ciganos e nômades, comunidades ribeirinhas e litorâneas, respeitando as interseccionalizações necessárias à nossa população, em todo o território nacional.

CAMINHO PARA NOVO PLANO NACIONAL DE CULTURA (PNC)





Grupo de siriri, dança típica do Mato Grosso
foto de Victor Vec/ MinC

CENTRO-OESTE CELEBRA DEBATE SOBRE A REPRESENTATIVIDADE REGIONAL E NACIONALIZAÇÃO DA CULTURA

Ascensão do Hip-Hop entre setoriais e participação de povos indígenas marcaram participação da região

O Centro-Oeste levou 188 delegados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal para a 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC). O professor de Literatura Brasileira da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Dário Neto, foi um deles. Educador em Corumbá, município sul-mato-grossense que faz fronteira com a Bolívia, ele integra o Conselho Estadual de Cultura e faz uma importante reflexão sobre a representatividade regional em todas as esferas que pensam políticas públicas de cultura.

“A questão da representação territorial é fundamental em todos os sentidos, até em relação ao Conselho Nacional de Política Cultural, onde a presença maior ainda é do eixo Sul-Sudeste. Isso acontece muito por conta das associações que estão representadas, e que, necessariamente, levam mais gente dessas localidades, prejudicando as outras regiões. Querendo ou não, isso tem impacto na hora de definir políticas públicas”.

Segundo ele, é necessário estar atento a essa configuração. “A região que tiver dominância no Conselho acaba, de certo modo, determinando as políticas públicas para essa região. Isso é inevitável porque as pessoas falam e defendem aquilo que elas conhecem e experienciam”, ponderou o professor.

Integrantes do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) também atuaram como delegados na 4ª CNC e, portanto, têm voz e voto na hora de definir as propostas prioritárias. Por isso a importância, segundo Dário Neto, de garantir uma paridade territorial na composição do colegiado.

Quantitativamente, o Centro-Oeste ocupa o penúltimo lugar do ranking de delegados por região, ficando atrás apenas da região Sul, que tem um estado a menos.

Conselheira gestora de um templo de umbanda, Rita Andrade participou da 4ª CNC representando o Distrito Federal, sede da etapa nacional do encontro. Ex-integrante do CNPC, ela fez parte do grupo que trabalhou para a retomada da Conferência Nacional, que ficou 10 anos sem ser realizada. Para ela, houve uma grande mudança de postura dos agentes culturais e o setor deu um grande exemplo de cidadania, superando as questões territoriais.

“Eu já participei de outras conferências e, na grande maioria delas, a gente via os eixos mais poderosos, como Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Pernambuco em uma disputa por recursos. As pautas desta vez foram outras, estavam focadas na desburocratização, na descentralização, na preocupação com a representatividade”, celebrou.

Região
CENTRO-OESTE
188
pessoas delegadas

MT
56

DF
42

GO
42

MS
48

HIP-HOP EM ASCENSÃO

Além do interesse regional comum para aprovar propostas que beneficiem os territórios onde atuam, é preciso considerar as demandas específicas de cada setorial. Uma categoria que cresceu significativamente foi a do Hip-Hop. O movimento cultural inclui expressões de música, por meio do rap, das artes plásticas, com o grafite, e de dança, com o break. Na 4ª CNC participaram 80 delegados de todo o país representando a linguagem. Um deles era Cristiano Martins de Souza, conhecido como MC Baiano. Natural de Goiânia (GO), ele participou das quatro edições da Conferência Nacional realizadas até hoje.

“Pela primeira vez, a gente se organizou. Na primeira Conferência só tinha o Baiano. Na segunda, nós chegamos com mais duas pessoas. Ter 80 delegados nesta edição é sinal de que a gente se organizou. Agora, é lutar para conseguir uma cadeira em todos os conselhos de política cultural – municipal, estadual e nacional. A gente também merece!”, avaliou o MC.

O Hip-Hop do Centro-Oeste também foi representado nos palcos da 4ª CNC, e de uma forma que relativiza o fato do movimento ser considerado uma expressão da cultura urbana. O grupo Brô MC’s é formado por cinco indígenas da etnia Guarani Kaiowá, aldeados no Mato Grosso do Sul. Um dos vocalistas, Bruno Veron, se encantou pelo rap quando tinha oito anos, ouvindo Racionais MC’s e GoG no rádio que o pai sempre escutava na aldeia. Foi então que entendeu que poderia se expressar por meio dos versos, falando sobre a própria realidade.

“A gente sentia essa necessidade do povo Guarani ser ouvido, de ser escutados, sabe? Eu via que o meu povo estava precisando de alguma coisa, que pudessem falar por eles. Decidi fazer o rap Guarani, o rap indígena, o rap do meu jeito. É importante mostrar que estamos também na cena, cantando na nossa língua, cantando na nossa originalidade”, celebrou.

O Brô MC’s nasceu em 2009, fruto de apresentações em escolas próximas da aldeia. Atualmente, eles fazem shows por todo o país.

CAMINHO DE CONSTRUÇÃO

Se o movimento Hip-Hop tem motivos para se orgulhar da representação crescente, os designers do Centro-Oeste têm uma caminhada de organização pela frente. Julian Zilo participou da 4ª CNC como delegado representante do setor.

“Estamos organizando, no Mato Grosso, novas reuniões por setoriais, para apresentar as propostas aprovadas e dar um retorno do que foi discutido na Conferência”, explica ele, já de olho nas etapas que vêm após a Conferência: propor medidas que possam ser incorporadas ao Plano Nacional de Cultura (PNC).

A região também foi representada na programação artístico-cultural do encontro, com o show da cantora Ellen Oléria e as apresentações dos DJ’s Barat e Pezão.

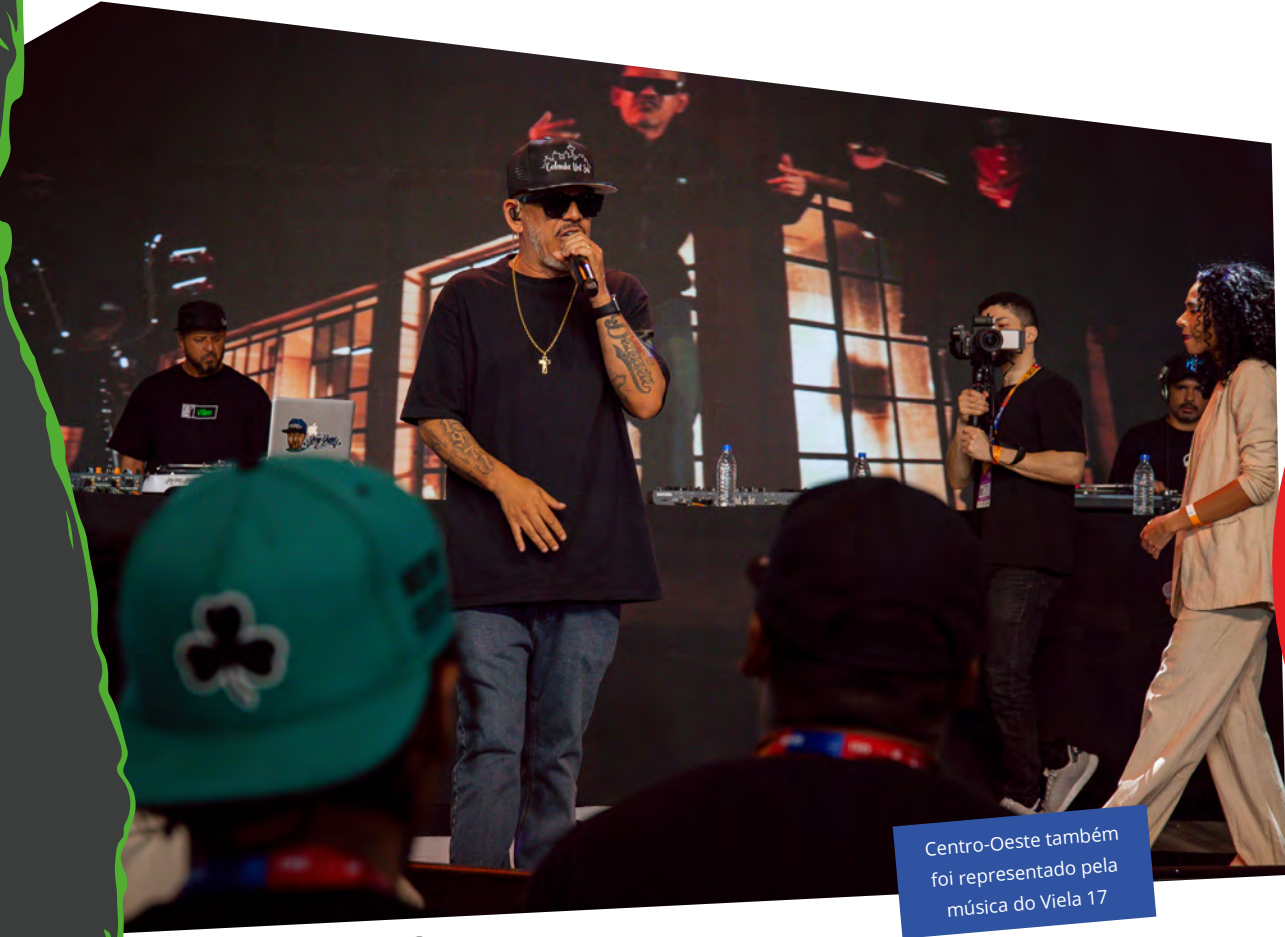


foto de Filipe Araújo/ MinC

Centro-Oeste também foi representado pela música do Viela 17

MAMULENGO

Também conhecido como Babau, João Redondo e Cassimiro Coco, o teatro de bonecos, popular na região Nordeste, cujos nomes estão relacionados respectivamente aos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, também pode ser encontrado em algumas regiões do Piauí e do Maranhão. Nos estados do Centro-Oeste do país, incluindo o Distrito Federal, tem se tornado cada vez mais popular.





COM MAIOR DELEGAÇÃO ELEITA PARA A 4ª CNC, NORDESTE REÚNE 406 DELEGADOS NA ETAPA NACIONAL

Numerosa, região trouxe um recorte plural de gênero, etnia, faixa etária, com priorização de crianças e idosos

“Construir relações com o outro, isso é cultura”. A frase de Jamira Alves, delegada baiana representante do Nordeste na 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), simboliza a união dos participantes da região que registrou a maior participação durante a etapa nacional da Conferência.

Nos princípios norteadores das propostas aprovadas na 4ª CNC estão o olhar integral para a sociedade civil, considerando as várias dimensões que compõem os grupos mais vulnerabilizados e apartados das políticas públicas culturais. Esses grupos envolvem gênero, etnia, faixa etária, com priorização de crianças e idosos, pessoas com deficiência, entre outras dimensões que impactam no acesso às políticas. Numerosa e variada, a região Nordeste trouxe um recorte plural dentre seus representantes.

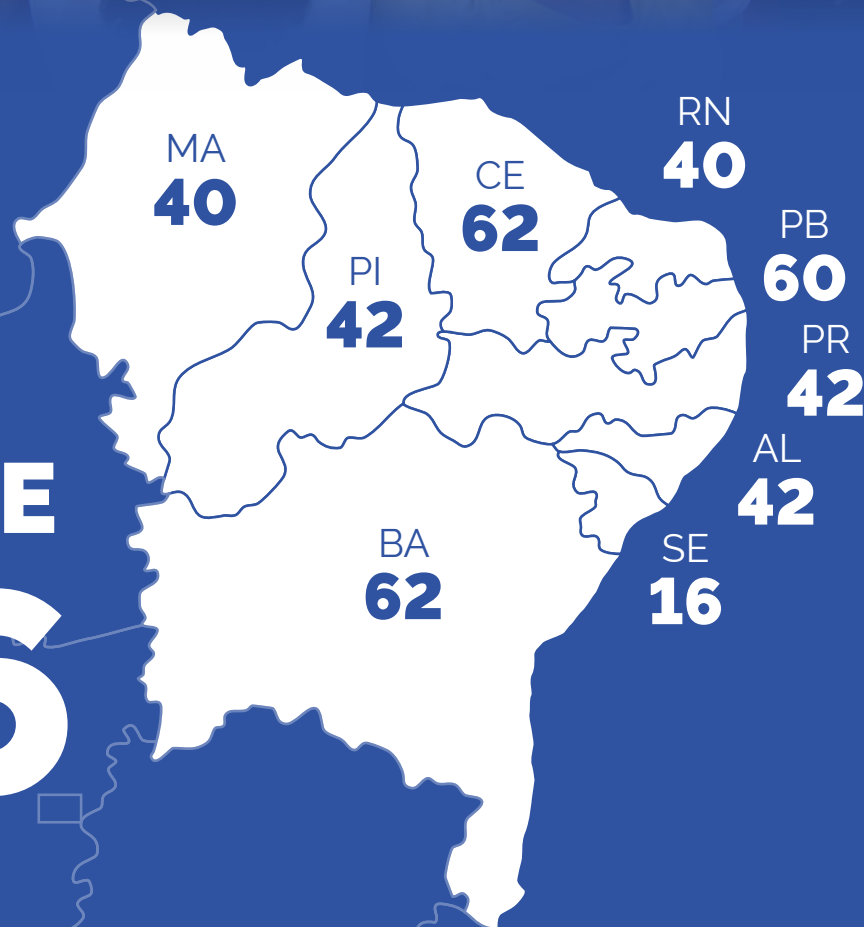
“A cultura é um instrumento de fazer tudo, de incluir todo mundo: idoso, criança, adolescente, jovem. A cultura é tudo. Passado, presente, futuro. E teremos um futuro melhor se as crianças conhecerem, de fato, a história do seu povo, povo negro, povo indígena, povo cigano. E nessa cultura aí é que eu acredito, sempre acreditei, porque, na verdade, o espaço de cultura não pode se isentar do território. Voltei a me orgulhar de ser

brasileira, porque o que eu vi na Conferência, no sentido de cultura, das artes, foi muito forte”, apontou Jamira.

Natural de Apuiarés, região do Vale do Curu, no Ceará, a produtora cultural Rafaella Alves já circulou por várias linguagens, como o teatro e as quadrilhas juninas. Agora se dedica ao audiovisual. “Estamos trazendo muitos documentários, filmes, principalmente voltado, por eu ser uma travesti negra, à memória LGBTQIAPN+. Nós não temos na nossa região nenhum material de visibilidade, de representatividade e memória dessa população. Então, o audiovisual que estamos trabalhando traz muito a referência de visibilizar essa parcela da população que não tem marcos, que não tem história e não tem documentos”. E completa: “Então, gostei muito dos encaminhamentos que saíram da Conferência. Foram muitos direcionamentos, muitas propostas, muitas moções que vão, sim, dar um norte nos próximos anos no setor da cultura”, afirmou.

“A troca de experiências e o aprofundamento das realidades locais enriqueceram os debates e fortaleceram a construção de propostas. Eu acompanhei mais de perto o tema relacionado à preservação e valorização do patrimônio imaterial e da cultura popular. A avaliação que faço é extremamente positiva. Houve uma preocupação genuína em criar mecanismos de proteção e incentivo a essas manifestações, conectando-as às políticas de educação, turismo e economia criativa. Os debates foram robustos e as propostas construídas visam garantir maior visibilidade e recursos para essas expressões culturais, essenciais para a identidade do nosso povo”, completou o educador popular, empreendedor cultural e mestre de tradição Gláucio PeduBreu, delegado pelo Rio Grande do Norte.

Região
NORDESTE
406
pessoas delegadas



Bruno Monteiro, secretário de Cultura da Bahia, considera que a 4ª CNC foi um momento auge na retomada das políticas culturais do Ministério da Cultura (MinC). “Passamos um ano reconstruindo as políticas [culturais] e tivemos esse grande momento de encontro e de celebração, que foi a Conferência Nacional. E uma das marcas foi justamente a representatividade de todo o Brasil e da nossa diversidade cultural. A Bahia fez bonito, nossa delegação representava o conjunto dos 27 territórios de identidade da Bahia, como é feita a nossa divisão. E essa delegação foi escolhida por aclamação, por consenso na nossa Conferência Estadual. Isso representa a unidade e a disposição de construção coletiva que nós esperamos ter contribuído também com esse espírito na Conferência Nacional, também marcada por uma grande qualidade nas propostas, o que mostra que o setor cultural, durante esses seis anos de escuridão que vivemos, não deixou de trabalhar e de se articular. E isso se traduz na consistência das propostas apresentadas”, avalia.

O poeta pernambucano Antônio Marinho avalia que, mais do que democracia participati-

va e popular, a Conferência é um exercício direto de poder. “A gente tem horizonte de novo. A gente estava no mar sem céu. E a Conferência é isso. A gente tem céu de novo. Daqui para o céu, para olhar, tem muito caminho para andar, tem muita coisa para se construir, mas com a certeza que não está olhando sozinho. Que tem muita gente olhando para esse mesmo lugar, com a mesma crença, com a mesma verdade, a mesma luta, o mesmo ofício”.

Marinho completa sua fala exaltando outro importante feito: alcançar o Brasil profundo, por políticas, recursos e ações culturais. “O crescimento é para dentro, é interno e é assim que eu quero que esteja daqui dez, vinte, trinta, cinquenta anos. Cada vez mais para dentro [do país]. Porque quanto mais para dentro a gente tiver, mais a gente tem condição de voar para fora”.

Entre os grandes temas que apareceram nas propostas da 4ª CNC, estão a redução de desigualdades; a descentralização, fomento e financiamento; políticas afirmativas; territorialização das políticas culturais.

ATRAÇÕES

Importantes nomes do Nordeste animaram o público ao longo da programação do Festival da Cultura. Na noite de estreia foi a vez de Johnny Hooker. Os versos dançantes da Academia da Berlinda e o ritmo da Sambaiana também embalarão os presentes.

O encerramento da 4ª CNC – realizado no dia 8 de março – ficou por conta do show da baiana Daniela Mercury, que convidou Majur. “Daniela Mercury foi a pessoa que abriu a porta para mim, lá em 2019, quando eu estava no Carnaval de Salvador. E ela me coloca lá em cima do trio dela. Então, isso aqui também é sobre uma mulher levantando a outra. Agora, nós duas, juntas, aqui nessa Conferência, que é tão importante para nossa cultura. E no Dia da Mulher. É uma história incrível, real e emocionante de viver”, disse Majur.



foto de Paulo Cavera

BAIANA DO ACARAJÉ

Guardiã e feitora do famoso bolinho de feijão-fradinho, cebola e sal; frito em azeite-de-dendê. Uma iguaria de origem africana, hoje está plenamente incorporada à cultura brasileira. O tradicional leva pimenta, camarão, vatapá e, às vezes, molho de cebola e tomate. Também tem sentido religioso. É comida de santo nos terreiros de candomblé. É o bolinho de fogo ofertado puro, sem recheios, à Iansã e Xangô. O registro do ofício das baianas de acarajé como Patrimônio Cultural do Brasil, no Livro dos Saberes, é ato público de reconhecimento da importância do legado dos ancestrais africanos no processo histórico de formação de nossa sociedade e do valor patrimonial de um complexo universo cultural.



Poeta Antônio Marinho:
“A gente tem horizonte de novo”

foto de Araújo/ MinC

NORTE GANHA FORÇA COM PROPOSTAS DE VALORIZAÇÃO DO FATOR AMAZÔNICO

Região registrou participação de 268 pessoas delegados

Do interior do estado do Amazonas, onde as estradas são os rios, a conselheira do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), Lucimar Marques, viajou de barco de Barreirinha, sua cidade natal, até Manaus. Só depois de um trajeto que pode durar até dois dias, ela embarcou com destino a Brasília. A rotina faz parte da vida de milhares de pessoas na região Norte.

“Chegar até a 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC) foi uma grande luta e uma grande conquista. Participar deste encontro é motivo de orgulho e inclusão, porque a nossa região é muito excluída, mas, aqui, todos os sete estados fizeram suas conferências estaduais e conseguimos unir todos os delegados para participar desse momento. Isso foi muito importante. Somos de uma região diferenciada, pois tudo lá é por rio, com longos dias de viagem. Em alguns municípios do interior são sete dias de viagem”, conta a conselheira.

Criar, aprovar e implementar políticas públicas para o fortalecimento das culturas da Amazônia Legal e de biomas fronteiriços está entre as propostas aprovadas na 4ª CNC.

“Temos o famoso Fator Amazônico. Isso nos impulsionou. Todos os sete estados numa união que eu nunca tinha visto durante toda minha trajetória cultural. Nós nos unimos para defendê-lo. Nos unimos com o Nordeste que também é uma região extensa e, muitas vezes, excluída. O Fator Amazônico, ali, não foi excluído. Todos tiveram vez, voz, e uma diversidade imensa de toda a cultura brasileira. No Norte, nós fomos representados pelos ribeirinhos, pelos indígenas, pelos quilombolas. E nos sentimos abraçados, nos sentimos incluídos nas políticas públicas brasileiras. Realmente, nós vimos a democracia acontecer”, pontua Lucimar.

Região
NORTE
268
pessoas delegadas

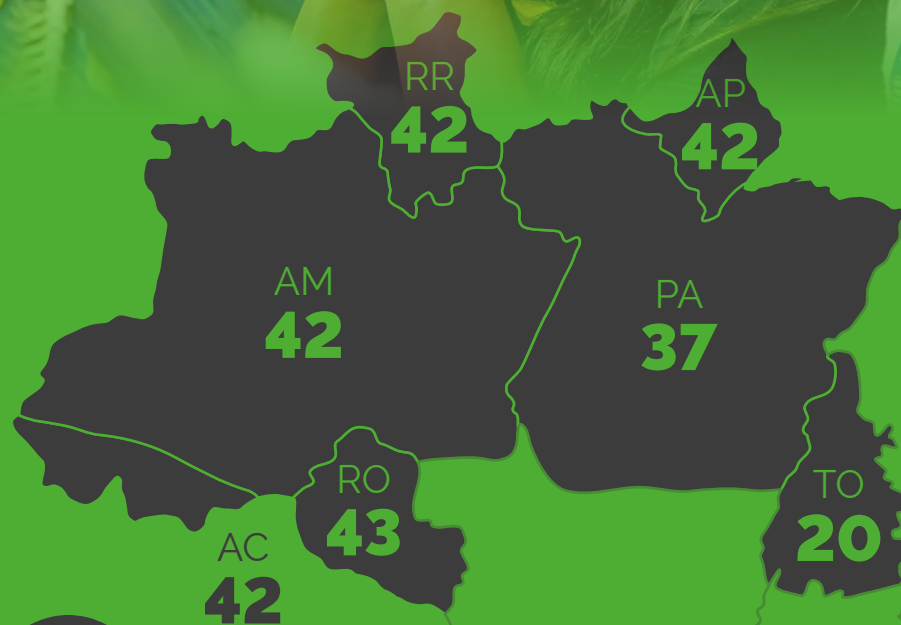




foto de Paulo Cavera

Bois Caprichoso e Garantido deram amostra do Festival Folclórico de Parintins

Ruan Otávio, hoje coordenador do Escritório Estadual do Minc no Amazonas, avalia que a quarta edição é um marco na retomada da política nacional de cultura brasileira. “Após seis anos de desmonte cultural, o MinC volta promovendo um debate importante junto com os fazedores de cultura. A participação dos delegados e delegadas do Amazonas tem a importância de trazer a discussão sobre o Fator Amazônico, um tema relevante para aplicação de forma diferenciada da política cultural no Amazonas, levando em consideração as nossas peculiaridades geográficas e de distância. Isso fez da Conferência um espaço amplo e plural, que é a essência da identidade do povo brasileiro”, avalia.

Laurene Ataíde, socióloga e coordenadora da Associação Folclórica Cordão de Pássaro Colibri de Outeiro, no Pará, destacou a importância da Cultura Viva em sua comunidade e como eles são fundamentais para a valorização e manutenção da atuação das mestras e mestres nessas localidades.

Apesar da dificuldade enfrentada nos últimos anos, com o desmonte de vários equipamentos culturais, a exemplo dos Telecentros, ela aposta em espaços como a Conferência para compartilhar a realidade de comunidades afastadas e buscar melhorias para elas. “É preciso que esse projeto retorne. Tiraram até a nossa internet. Precisamos que seja assegurada a permanência da internet e que nenhum governo que entre venha retirar.”

Por fim, o delegado do Amapá, Michel Malhado, celebrou a realização da CNC e ressaltou a importância do novo Plano Nacional de Cultura (PNC). “Trago aqui um debate importante entre a cultura e a relação com o tema do custo amazônico, de darmos mais atenção para os povos quilombolas, ribeirinhos. E, com essa questão, sugiro também que venham reflexões e uma materialização real das nossas demandas”, afirma.

CAPRICHOSO E GARANTIDO GARANTIDO E CAPRICHOSO

Os participantes da 4ª Conferência Nacional de Cultura puderam experimentar um pouquinho do Festival Folclórico de Parintins. A festa, realizada no Bumbódromo da cidade desde 1988, celebra a rivalidade entre as cores azul e vermelho, símbolos dos dois bois, Caprichoso e Garantido, que ganham vida se enfrentando em uma competição.

“Eu jurava que estava em Parintins, ou em Manaus. Eu estava em Brasília, foi um espetáculo muito importante. Trazer a apresentação dos bois de Parintins, o nosso festival, para essa Conferência, e representar a nossa cultura aqui é uma honra”, afirmou Marcele Albuquerque, influenciadora digital e cunhã-poranga do Caprichoso.

Ainda entre as atrações culturais da Conferência, o show de Fafá de Belém reuniu um grande público. A cantora foi escolhida para cantar o hino nacional durante a abertura do evento. “Estou muito emocionada. Passou um filme na minha cabeça”, destacou Fafá, que também foi a escolhida para entoar o hino nacional em 1984, durante as manifestações “Diretas Já!”.

CORDELISTAS

Entre versos, rimas e cantoria, a Literatura de Cordel é uma expressão cultural popular que abrange não apenas as letras, mas também a música e a ilustração. É um gênero literário, veículo de comunicação, ofício e meio de sobrevivência para inúmeros cidadãos brasileiros. Poetas, declamadores, editores, ilustradores (desenhistas, artistas plásticos, xilogravadores) e folheteiros (como são conhecidos os vendedores de livros) já podem comemorar, pois, agora, a Literatura de Cordel é Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Apesar de ter começado no Norte e no Nordeste do país, o cordel hoje é disseminado por todo o Brasil, principalmente devido ao processo de migração de populações. Hoje, circula com maior intensidade na Paraíba, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo. Em todos estes estados, é possível encontrar esta expressão cultural, que revela o imaginário coletivo, a memória social e o ponto de vista dos poetas acerca dos acontecimentos vividos ou imaginados.



Delegação do Rio de Janeiro, uma das maiores presentes na 4ª CNC
foto de Filipe Araújo/ MinC

EFERVESCÊNCIA CULTURAL DO SUDESTE NOS DEBATES PÓS-CONFERÊNCIA

Eixo Rio-São Paulo, que concentra grande parte das empresas que movimentam o setor de economia criativa, liderou debates sobre regulamentação e inovação do setor

O Rio de Janeiro registrou uma das maiores participações de pessoas delegadas durante a 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC): foram 62 inscritas. O número, além de garantir ao estado o título de recordista da região Sudeste, resultou na aprovação de grande parte das propostas defendidas pela bancada fluminense.

Representante do setorial Audiovisual, o ator Rollo considera histórico o fato de testemunhar a retomada da Conferência depois de um hiato de 10 anos. Ele compara a importância do momento ao que foi vivenciado durante a elaboração da Constituição Federal.

“Em determinados momentos, eu me senti um parlamentar constituinte. Sai de lá muito emocionado por participar de uma coisa que se assemelha à ‘maior carta magna político-cultural popular’ da história desse país”, celebrou ele, que também faz parte do Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro (CEPC).

ECONOMIA CRIATIVA

Um dos eixos temáticos da 4ª CNC se dedicou a debater uma estratégia nacional para fortalecer modelos de negócio criados a partir de atividades, produtos ou serviços culturais. A região Sudeste, especialmente o eixo Rio-São Paulo, concentra boa parte das empresas que movimentam o setor de economia criativa. Por isso, os representantes desses estados estavam engajados na aprovação das propostas da área.

“Através de um esforço coletivo, conseguimos ter neste ano a maior Conferência Nacional de Cultura já realizada no Brasil. Após mais de dez anos de espera, pudemos reunir entes públicos e privados em prol de proposições inventivas, que estão reverberando em agendas positivas. Aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, avançamos na área da economia criativa, que tem ganhado destaque e está gerando, atualmente, 4,62% da riqueza do estado. E ter um eixo na Conferência para discutir esse tema abre oportunidades para que cada representante estadual compartilhe as suas experiências, criando um fluxo que tende a ser benéfico para todos”, ressalta a secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro, Danielle Barros.

Região
SUDESTE
206
pessoas delegadas

MG
42
ES
42
SP
60
RJ
62



foto de Paulo Cavera

Plenária de Eixo Temático:
fortalecimento de modelos de negócio
foi um dos temas em debate

FORTALECIMENTO DE SETORIAIS

A artista caiçara Jessyca Biazini é pessoa delegada por São Paulo, representando o litoral norte do estado, e é uma das que defendem que o Ministério da Cultura (MinC) continue empenhado na manutenção de encontros nacionais voltados à cultura. “Os delegados voltaram para os seus territórios, muitos deles participaram de uma conferência pela primeira vez, e precisam do apoio para continuar construindo, para continuar fortalecendo. Se essa energia da Conferência continuar reverberando em todo país, ainda é possível tentar equilibrar algumas necessidades que não foram supridas lá. Na prática, a gente tem uma lacuna muito grande de coisas que a gente precisa resolver e, infelizmente, tudo é urgente”, avaliou.

De Minas Gerais, a delegada Sheila Malta chamou a atenção para a área de produção cultural. “A gente não costuma ser vista, a gente fica por trás das cortinas”, comentou, ao lembrar que o setor também precisa se organizar e ser incluído na definição de políticas públicas.

No Espírito Santo, uma preocupação latente é com a preservação de bens imateriais. “Alguns grupos foram muito bem articulados e conseguiram colocar as mesmas propostas em vários eixos. Na parte dos tombamentos dos bens natu-

rais, toda essa política e proteção da natureza está ficando de lado. Os conselhos de cultura, muitas vezes, não têm especialistas nessa área, a gente não está tendo espaço”, destacou Alessandro Chakal, geógrafo, conselheiro estadual de cultura do Espírito Santo.

Para a próxima Conferência, ele já tem uma sugestão: “Precisamos de um eixo focado nisso, para que indígenas, ribeirinhos, quilombolas e ambientalistas possam fortalecer a proteção da natureza e de bens naturais”, defendeu o conselheiro.



MESTRE SALA E
PORTA-BANDEIRA

Representados pelos gêneros partido-alto, samba de terreiro e samba-enredo, são patrimônios populares e culturais não só do Rio de Janeiro, mas de todo o país. A música, a poesia, a dança, a religiosidade, os lugares ganharam um livre espaço cativo, o Museu do Samba, proponente do inventário deste patrimônio, que reúne hoje mais de 45 mil itens de acervo, um programa de educação patrimonial premiado e espaço de encontro e de luta pelos direitos dos sambistas de todas as gerações.

Com seu bombo leguero, Ernesto Fagundes levou ao encontro a música regional gaúcha
foto de Filipe Araújo/ MinC

SUL MARCA A 4ª CNC COM MEMÓRIA, IDENTIDADE E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Dança tradicional gaúcha, música regional e diversidade trouxeram elementos-chave da cultura brasileira

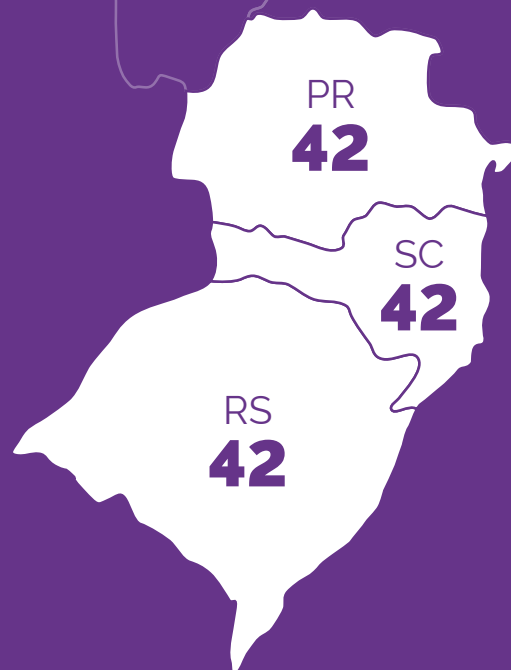
O Grupo de Danças Tradicionais Gaúchas, Tradição, Cultura e Herança – Grupo Tchê, que completa 18 anos em 2024, é um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenado pela professora doutora, Malú Oliveira. O Grupo foi escolhido como uma das atrações da abertura da 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC).

Por ser um projeto de extensão, ele é aberto ao público e gratuito. Segundo Malú, o Tchê é dividido em três espaços de aprendizado. “O grupo artístico, que se apresentou na Conferência, é formado por casais a partir dos 18 anos e que já tem uma história de ensaios e representa a Universidade quando nós somos convidados para participar de eventos. Além dele, temos o grupo Tchezinho, nosso grupo infantil, voltado para ensinar as danças gaúchas para as crianças e o grupo Tichehuru, voltado para as pessoas idosas”, conta a professora.

“Foi fundamental participar da CNC. Em primeiro lugar porque nós estávamos no palco, compartilhando os saberes, as tradições e a cultura de um Brasil muito rico. E que ali estava representado por diversas e inúmeras vertentes culturais que nós temos no nosso país. Mas nós estávamos muito felizes e honrados, porque foi um momento de coroação da nossa trajetória de 18 anos, estar ali dançando e apresentando a nossa cultura, o nosso amor à tradição gaúcha, na presença do presidente da República e de toda aquela gama cultural que estava ali, representada por artistas e da cultura popular brasileira também.

Para a professora, o convite toca num lugar muito especial. “Porque nós estávamos mostrando a importância do que é feito na universidade pública do Brasil, no nosso caso, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde nós temos a possibilidade de entregar gratuitamente o que nós pesquisamos, o que nós ensinamos para fazer a diferença na vida das pessoas que nos procuram e que se aproximam de nós. Então, para nós, foi fundamental e marcante. Realmente marcou a nossa história participar da 4ª CNC”.

Região
SUL
133
pessoas delegadas





O Paraná foi representado na 4ª CNC por uma comitiva de 42 pessoas delegadas

foto de Paulo Cavera

A diversidade artística e cultural e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, por meio das representações regionais, nortearam a programação do encontro nacional. No Palco da Diversidade, uma variedade de manifestações demonstraram o potencial e a singularidade das festas populares regionais.

Ernesto Fagundes, músico, compositor, cantor de música regional gaúcha e instrumentista de bombo leguero, disse que foi uma honra se apresentar e ver o fortalecimento da cultura do país. “O Rio Grande do Sul, no momento da Conferência, sentiu um olhar carinhoso para a sua identidade, para a sua história, das suas origens indígenas, negras, brancas, que formaram o povo gaúcho. No meu caso, representando esse gaúcho latino-americano, da integração com as culturas do Uruguai, da Argentina, da nossa América Latina, através desse tambor que eu toco, que é o bombo leguero, então, poder participar foi um respiro de cultura nacional. Nós da família Fagundes, a nossa música sempre pregou exatamente pela união.”Ouve o canto gauche e brasileiro dessa terra que eu amei desde guri”, citando o canto Alegretense, da família Fagundes.

Neste Palco, toda a programação foi concebida a partir de sugestões de Conselheiros do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), escritórios estaduais do MinC e servidores que subsidiaram o trabalho da curadoria, valorizando as múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira, os bens culturais expressivos da diversidade étnica e regional.

PARTICIPAÇÕES

Dos aproximadamente 1.300 delegados previstos para participar da 4ª CNC, 133 pertencem à região Sul. Destes, 49 são do Rio Grande do Sul, 42 do Paraná e 42 de Santa Catarina.

A Ìyálòrísá Joilda Ti Òsùn é responsável pelo Terreiro de Candomblé Nação Ketu, localizado no município de Arapongas, no Paraná. Candomblecista há 30 anos, representou na 4ª CNC os povos e comunidades tradicionais de matriz africana. Para Joilda, a Conferência é um marco legal para garantir e preservar a cultura material e imaterial de todos os povos.

Delegada cultural de Santa Catarina, representando o setorial de teatro, Elaine Sallas enfatizou a importância da escuta na etapa nacional e da composição no Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC). “Trabalhadores da ‘graxa’ são a estrutura da arte, da cultura brasileira, e também devem estar presentes no Conselho, assim como todos os setoriais que, nos seus territórios, produzem arte e cultura”, afirma a representante de Santa Catarina em referência os profissionais da área técnica.



KAZUMBÁ, VAQUEIRO, PAI FRANCISCO E MÃE CATIRINA

Guardiões da manifestação maranhense Bumba-Meu-Boi – uma grande celebração que mistura devoção, crenças, mitos, alegria, cores, dança, música, teatro e artesanato, entre outros elementos. Considerado a mais importante manifestação da cultura popular do estado nordestino, tem seu ciclo festivo dividido em quatro etapas: os ensaios, o batismo, as apresentações públicas ou brincadas e a morte. Bumba-Meu-Boi é o termo genérico pelo qual é conhecida a manifestação cultural popular brasileira que tem o boi como principal componente cênico e coreográfico. Há registros de brincadeiras de boi em todas as regiões do Brasil. Bumbameuboi, Boi-bumbá, Boi Surubi, Boi Calemba, Boi-de-mamão, Boi Pintadinho, Boi Maiadinho, Boizinho, Boi Barroso, Boi Canário, Boi Jaraguá, Boi de Canastra, Boi de Fita, Boi Humaitá, Boi de Reis, Reis de Boi, Boi Araçá, Boi Pitanga, Boi Espaço e Boi de Jacá são algumas das terminologias conhecidas.

UM NOVO PLANO NACIONAL DE CULTURA PARA O BRASIL

Governo e sociedade civil engajados pela estruturação das políticas públicas culturais

As propostas acolhidas na 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC) serão a base das discussões que, com ampla participação da sociedade civil, resultarão na elaboração de um novo Plano Nacional de Cultura (PNC). De acordo com o secretário-executivo do Ministério da Cultura (MinC), Márcio Tavares, a CNC não terminou em 8 de março de 2024 e, sim, abriu um capítulo de participação e movimentação ainda maiores para as políticas culturais.

“Na Conferência, todos puderam contribuir e formular, para dar condições de, a partir dessas formulações, discutir junto à sociedade, com especialistas e com a academia, a elaboração desse Plano. São metas que vão virar indicadores para a gente poder medir a evolução das políticas ao longo do tempo. Queremos fazer políticas de cultura que a sociedade tenha o poder de verificar seu andamento e sua transparência, ter o controle social, por isso que a participação é tão importante”, sinaliza.

As propostas da CNC são o principal subsídio para elaborar o Novo PNC. Após os trabalhos da etapa nacional, o MinC e o Comitê Executivo do Plano – formado com representação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), do Congresso Nacional e de gestores de cultura de estados e municípios – analisaram e sistematizaram as contribuições realizadas ao longo do trabalho da Conferência. A elaboração do Plano passa ainda por etapas de consultas à sociedade, nos territórios e no ambiente digital. Dessa forma, toda a população brasileira poderá contribuir para o diagnóstico da cultura e sugerir metas para os próximos 10 anos.

“O desafio, agora, envolvendo governo e sociedade, é partir deste conjunto de diretrizes produzidas pela 4ª CNC, e trabalhar, até o final de 2024, para a elaboração e aprova-

ção do Novo PNC. Ele definirá as bases, metas, indicadores e resultados a serem perseguidos pelas políticas culturais brasileiras nos próximos 10 anos. Um processo que começa com grande legitimidade social, respaldado por uma escuta ampla e dialógica, que avança na construção de cidadanias plenas, identidades reconhecidas e democracia participativa. Viva a cultura brasileira!”, celebra o presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Alexandre Santini.

Mas essa não é a única base para essa construção. Visando impulsionar as contribuições ao PNC, o MinC seguiu na escuta das prioridades da sociedade civil para a cultura após a realização do encontro nacional, a partir da consulta pública aberta na plataforma Participe + Brasil, quando a população pôde responder ao questionamento “O que você espera do próximo Plano Nacional de Cultura?”.

“Nós, da Secretaria-Executiva, estamos acompanhando passo a passo esse processo e estabeleceremos todo o monitoramento dessas ações para a gente conseguir ter, não apenas a construção de um Plano Nacional de Cultura, mas também as ferramentas adequadas para monitorar a execução desse Plano e mensurar o atendimento das metas propostas nele”, pontua Cassius Rosa, secretário-executivo adjunto do MinC.

A secretária dos Comitês de Cultura, Roberta Martins, avalia que o grande desafio para a construção de um Plano Nacional de Cultura é identificar quais proposições se encaixam com este momento do país.

“Um Plano Nacional de Cultura no Brasil tem que enxergar qual o papel da cultura na transformação do país em um país melhor, que seja agregador da sociedade e que contribua para a diminuição das desigualdades sociais. Para mim, o grande desafio é estabelecer metas e diretrizes que vão espelhar isso. A cultura faz parte do processo de desenvolvimento do país, é estratégica para a consolidação da democracia e da ampliação da cidadania dos brasileiros e brasileiras. E isso tudo se traduz com cultura, com arte, com alegria, com preservação da memória, com salvaguarda, com os mestres e mestres reconhecidos. Vai ser um processo muito rico. É um desafio imenso e a gente aqui do Ministério está preparado para enfrentá-lo com a sociedade civil”.

foto de Victor Vec/ MinC

Roda de conversa sobre novo PNC reuniu governo e sociedade civil

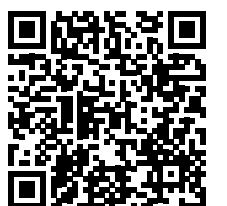


COUREIROS E COUREIRAS DO TAMBOR DE CRIOULA

Conjunto complexo e heterogêneo das manifestações culturais populares do Maranhão, o tambor de crioula se destaca como uma das modalidades mais difundidas e ativas no cotidiano da capital e do interior do estado, fazendo parte das atividades festivas, da sensibilidade musical e da definição da identidade cultural dos maranhenses.

Resumidamente, trata-se de uma forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores, apresentando alguns traços que a aproximam do gênero samba: a polirritmia dos tambores, a síncope (frase rítmica característica do samba), os principais movimentos coreográficos e a umbigada.

Para saber mais sobre o Novo Plano Nacional de Cultura (PNC), direcione a câmera do seu celular para o QR Code ao lado.



2024: UM ANO ESTRATÉGICO PARA A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

por MÁRCIO TAVARES DOS SANTOS, historiador, curador de arte e gestor cultural, tem trajetória acadêmica e profissional voltada à pesquisa da arte na América Latina, à materialização da memória, ao audiovisual, à museologia e às políticas culturais. Atualmente é secretário-executivo do Ministério da Cultura.

Representando um grande avanço nas políticas culturais do Brasil, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) procura integrar e articular as ações governamentais na área da cultura, desde o nível federal até o local. Busca estabelecer um sistema organizado e sustentável, garantindo o acesso, a diversidade e a valorização das expressões culturais brasileiras, com o objetivo de estabelecer a colaboração das três esferas governamentais no desenvolvimento de políticas públicas e investimentos na cultura de forma descentralizada e participativa, conforme estabelecido na nossa Constituição Federal.

Gestado a partir de 2003, com o início do primeiro mandato do presidente Lula, o SNC vem se afirmando como principal ferramenta de articulação entre o Ministério da Cultura (MinC) e os entes federados, garantindo a descentralização das políticas e a universalização dos direitos culturais, tendo esse caráter potencializado pela transferência de recursos financeiros a quase todos os municípios brasileiros, por meio da Lei Paulo Gustavo (LPG) e da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).

Outra importante articulação realizada pelo SNC diz respeito à participação social, com a íntima relação construída junto à sociedade civil, por meio dos conselhos e das conferências – componentes da estrutura do Sistema nas três esferas federativas. Responsável por fomentar e auxiliar a criação dos conselhos de políticas culturais, o SNC assumiu um grande protagonismo na realização das quatro edições das Conferências Nacionais de Cultura.

Com a instituição do Plano Nacional de Cultura (PNC) e a criação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), pela Lei nº 12.343/2010, a implementação do SNC ganha força e tem seu reconhecimento maior com a aprovação da Emenda Constitucional nº 71/2012, que acrescenta o artigo 216-A à Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Cultura.

Todo o trabalho empreendido desde 2003 para a construção do Sistema foi descontinuado em 2016 com o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, que culminou na extinção do Ministério da Cultura e gerou um grande retrocesso no campo da cultura e da gestão cultural do país.

Em 2023, com a retorno do presidente Lula para o seu terceiro mandato presidencial, o MinC é recriado e o SNC volta a ser tratado como ferramenta central para o desenvolvimento de políticas culturais regidas pelos princípios da diversidade das expressões culturais; da universalização do acesso aos bens e serviços culturais; do fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; de cooperação entre os entes federados; de integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; de complementaridade nos papéis dos agentes culturais; de transversalidade das políticas culturais; de autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; de transparência e compartilha-

mento das informações; da democratização dos processos decisórios com participação e controle social; e de descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações. Isso se dá através da Diretoria do Sistema Nacional de Cultura inserida na Secretaria dos Comitês de Cultura (SCC).

Apesar da tentativa de destruição das políticas culturais que vinham sendo desenvolvidas no Brasil até 2016, o SNC se mostrou forte o suficiente para ser defendido por gestores e fazedores de cultura por todo o país. Somado a isso, o comprometimento da nova equipe e a eficácia das estratégias implementadas garantiram a ampliação da adesão de novos municípios ao Sistema, chegando ao fim do primeiro ano de recriação do MinC com 100% dos estados e 63% dos municípios comprometidos com a criação do órgão gestor de cultura, do conselho de política cultural, das conferências de cultura, das comissões intergestores, dos planos de cultura, do sistema de financiamento à cultura, do sistema de informações e indicadores culturais, de programas de formação na área da cultura e dos sistemas setoriais de cultura.

Além disso, a realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura representou um marco fundamental para a consolidação do SNC, com a realização de 2.580 conferências estaduais, distrital e municipais. No terceiro dia da etapa nacional da Conferência, 6 de março de 2024, foi aprovado pelo plenário do Senado o Projeto de Lei que institui o Marco Regulatório do Sistema Nacional de Cultura. A Lei 14.835 foi sancionada pelo presidente Lula menos de um mês depois, em 4 de abril de 2024, garantindo ainda mais força para a institucionalização do Sistema em todo o território nacional e a consolidação dos direitos culturais previstos na Constituição Federal.

Com o processo de regulamentação da Lei, caminhando para a construção do novo Plano Nacional de Cultura, que tem como base as 30 propostas prioritárias aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura, 2024 representa um ano estratégico para a consolidação do Sistema Nacional de Cultura.



Secretário-Executivo do MinC, Márcio Tavares, anuncia no evento a aprovação do Marco Regulatório
foto de Paulo Cavera



DIVERSIDADE CULTURAL: RIQUEZA POPULAR E POTÊNCIA CRIATIVA

Promover políticas de cotas raciais e sociais para populações quilombolas, mestres e mestras, fronteiriços e amazônicos, caiçaras, agrestinos, LGBTQIAPN+ e povos do Cerrado, de terreiro e indígenas está entre as propostas aprovadas na Conferência

“A 4ª Conferência Nacional de Cultura foi o maior encontro da história brasileira para a construção das políticas de cultura. Um diálogo potente e horizontal entre a sociedade e a gestão pública. São importantes e vitais as contribuições da diversidade cultural pautadas no princípio ‘nada sobre nós sem nós’, que inclui os mestres e mestras das culturas populares, os povos indígenas, as comunidades de matriz africana e de terreiros, ciganos e de outros grupos tradicionais. Além de segmentos da diversidade como as crianças, a juventude, as mulheres, as

peçoas idosas, a comunidade LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e outros grupos que compõem a vasta malha cultural brasileira, que inclui artistas, técnicos e artífices das mais variadas linguagens artísticas. Um encontro democrático para alavancar a cultura brasileira como um vetor essencial ao desenvolvimento local e nacional, criativo e sustentável”, avalia a secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Márcia Rollemberg.

A promoção do diálogo entre os diferentes setores da sociedade foi uma das marcas da 4ª CNC. Com o desafio de integrar políticas públicas, o encontro realizado entre os dias 4 e 8 de março de 2024 se propôs, por meio

da escuta ativa e debates aprofundados, somar vozes e visões diversas, e garantir um fazer cultural amplo e diverso. Anseio proporcional às dimensões continentais do Brasil.

“Há que se celebrar a importância de se travar um diálogo com as culturas tradicionais e populares e contemplar as presenças de todas as cidadãs e cidadãos da tradição, da oralidade, tão frequente nas matrizes afroameríndias e na formação cultural e em inúmeras expressões das culturas populares”, aponta o diretor de Promoção de Culturas Populares do Ministério da Cultura (MinC), Tião Soares.

CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS

Em 2023 e 2024, o MinC realizou 12 Conferências Temáticas em parcerias com outros ministérios, organizações da sociedade civil (OSCs), universidades e governos locais. Os encontros abordaram temas relevantes para o setor, considerando a diversidade e a pluralidade de ideias, regionalidades e territorialidades.

“Nós fizemos as Conferências Temáticas num processo preparatório para a Conferência Nacional, como uma nova forma de trazer o debate sobre políticas públicas transversais para a área da cultura”, explica Júnior Afro, diretor do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

As temáticas Cultura e Direito à Memória – Emuse; Cultura e Direito à Cidade; Cultura e Juventude; Cultura e Igualdade Racial; Culturas Populares e Tradicionais; Trabalhadores da Cultura; Cultura e Educação; Cultura LGBTQIA+; Cultura Digital; Cultura, Povos do Campo, Águas e Florestas; Cultura e Acessibilidade Cultural; e Cultura e Infância, foram norteadores do trabalho de escuta e consulta popular coordenados pela Pasta.

CULTURA POPULAR

Iara Aparecida Ferreira é de Uberlândia (MG) e compõe o Grupo de Trabalho (GT) Cultura Popular – Colegiado dos Pontos de Cultura, no Fórum das Culturas Populares. Ela se mostra confiante com os encaminhamentos propostos durante a 4ª CNC. “A nossa participação enquanto mestres e mestras da cultura popular fortaleceu muito a gente. Temos uma responsabilidade ainda maior, a cobrança junto ao Governo Federal para que a Lei dos Mestres seja implementada de verdade. Precisamos dela não só pela questão jurídica, mas também pelo reconhecimento”, afirma.

Entre as propostas aprovadas na 4ª CNC está a de dar continuidade à Política Nacional de Proteção e Valorização dos Conhecimentos e Expressões das Culturas Populares e Tradicionais. Com o objetivo de valorizar e proteger as culturas populares e tradicionais. A estratégia é elaborar e implementar o Plano Nacional para as Culturas Populares.

Para Aurélio Fandango, da Ilha dos Valadares, em Paranaguá (PR), a Conferência foi o reencontro do diálogo e a reconstrução das redes que discutiam a política cultural desarticuladas no governo anterior.

“Debater as diretrizes para as políticas culturais e contribuir para a elaboração do Plano Nacional [de Cultura] é uma oportunidade de o governo estar em sinergia com as alternativas possíveis para a resolução de algumas das dificuldades que a cultura brasileira e toda sua diversidade possuem. Ainda temos muito caminho a ser percorrido e acredito que o desafio é o governo e os recursos chegarem até o Brasil profundo, tais como reconhecer os saberes populares, titular e demarcar territórios tradicionais para as culturas sobrevivem de forma espontânea com função sociocultural dentro do seu ambiente”.

A vida de Aurélio é dedicada à manutenção das culturas tradicionais caixaras (Fandango, Terço Cantado, Boi-de-Mamão e Folia do Divino), além da construção de instrumentos tradicionais que ajudam a manter as manifestações populares nas mãos da nova geração.

“A proposta aprovada que contempla a Lei dos Mestres e a continuidade das políticas de proteção e promoção das culturas populares e tradicionais ajudam a dar perspectiva ao governo para enxergar os mestres e seus trabalhos dentro das comunidades por todo o Brasil”, finaliza.

Entre as propostas aprovadas na 4ª CNC que contemplam a temática estão: assegurar a participação das expressões artísticas e culturais que fazem a diversidade cultural brasileira no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), considerando, ainda, a representação regional/territorial e a inclusão das populações historicamente invisibilizadas.

Povos indígenas de todas as regiões do Brasil participaram da etapa nacional da Conferência. “Para nós, defender a pauta das culturas indígenas dentro da 4ª CNC é uma questão de sobrevivência, porque temos mais de 300 povos que continuam sendo atacados fisicamente. Nossos representantes, nossas línguas continuam sendo perseguidas. Nossas pinturas, a maneira de nos divertimos continuam sendo tratadas com muito preconceito. Então, a valorização da cultura indígena, não apenas para nós, mas para o conjunto da sociedade brasileira, constitui um processo de direito à justiça, à memória, à verdade, para que toda a nossa nação compreenda a real riqueza das culturas originárias”, afirma Daiara Tukano, indígena e membro do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC).

LGBTQIA+

O professor da Escola de Belas Artes de Minas Gerais, Sandro Ka, acompanha o movimento cultural com interesse especial nas manifestações LGBTQIA+. “As questões de gêneros, de lugares, de pertencimento, existe sempre uma luta para colocar isso como uma expressão genuína de um segmento cultural da nossa população, que é o segmento LGBTQIA+. É uma luta constante para que a Cultura LGBTQIA+ seja colocada nas discussões”. No campo das apresentações artísticas, a 4ª CNC teve 11 atrações durante sua cerimônia de abertura e outras 40 distribuídas entre a Arena Central e o Palco Diversidade, num total aproximado de 450 artistas.

Organza, um dos nomes do universo drag mais conhecidos na atualidade, celebra a presença da arte transformista em um evento desse porte e a importância política e social. “Talvez esse seja o evento mais importante que participei na minha vida, porque depois de tudo o que a gente passou alguns anos atrás, eu nunca imaginei que estaria na 4ª Conferência de Cultura, um evento nacional”, explicou.

“Drag é arte, não é gênero. É para todas as pessoas que quiserem fazer. Eu, como mulher cis sapatão, estou aqui fazendo drag. Todas as mulheres que quiserem e se sentirem à vontade, essa arte é nossa também”, afirmou Nágila GoldStar, artista drag aclamada no Palco Diversidade.

Responsável pela programação artística da 4ª CNC, Fabrício Antenor, assessor especial da Secretaria-Executiva do MinC, explica que tudo foi pensado para que o público pudesse acompanhar uma celebração vibrante da identidade brasileira, com todas suas nuances, sotaques e multiplicidade. “Este evento foi uma representação linda da nossa diversidade cultural, destacando a riqueza de todas as regiões do Brasil. A 4ª CNC não apenas reuniu uma multidão em um grande conagração, mas também refletiu a pluralidade nos bastidores. Nossa equipe foi composta por indivíduos de diversas origens regionais, gêneros, cores, orientações sexuais e experiências de vida, evidenciando a verdadeira essência da inclusão e da representatividade. Essa sinergia única resultou em uma programação que ressoou com a diversidade e a beleza do nosso país, proporcionando uma experiência inesquecível para todos os presentes”.



Júnior Afro

foto de Filipe Araújo/ MinC



CULTURA, DEMOCRACIA E FUTURO

por ROBERTA MARTINS, socióloga, educadora e gestora cultural desde 2013. Atuou como diretora de Diversidade Cultural da Fundação de Arte de Niterói, coordenadora de Estratégias e Gestão das Ações no Ministério da Cultura e, atualmente, é secretária dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura.

Passados mais de dez anos sem realizar conferências ou encontros nacionais, em março de 2024, a comunidade cultural se reuniu para refazer os laços com o diálogo a partir da convocação do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) e do Ministério da Cultura (MinC). Juntos, debatemos o papel da cultura neste período da história, em que se faz tão necessário defender e fortalecer a democracia.

Pelas salas de reuniões e auditórios da 4ª CNC, passaram cerca de cinco mil pessoas a cada dia. Conferencistas se doaram às discussões e fizeram ecoar suas vozes para expressar opiniões sobre o atual momento político, dialogar sobre o estágio das políticas culturais e refletir sobre os eixos temáticos propostos para guiar os debates durante o encontro.

Em uníssono, as múltiplas vozes que se fizeram ouvir durante os cinco dias da etapa nacional decidiram pela inclusão, reivindicando que os processos de participação sejam ampliados e, cada vez mais, inclusivos. Superando as exclusões simbólicas e práticas da sociedade brasileira, de modo a reduzir desigualdades e visando a justiça social e a equidade no acesso às políticas culturais.

Dessa forma, a nossa Conferência afirma que a dimensão cultural precisa ser reconhecida e valorizada como o que é: essencial para o fortalecimento da democracia no país. Falando em alto e bom som, para que ninguém deixe de ouvir, que os grupos sociais minorizados precisam ter seus fazeres, bem como movimentos e arranjos organizativos. Essa foi uma das mais importantes afirmações da 4ª Conferência, que posiciona o campo cultural na luta contra as desigualdades em todas as suas vertentes simbólicas e materiais, de maneira indissociável à inclusão na perspectiva política.

Ao entrelaçar a Cultura com a pauta da democracia nos debates, fez-se também central a discussão dela enquanto direito social a ser assegurado como política de Estado, resistente às variações políticas, fortalecendo a institucionali-

zação do setor cultural para a garantia do direito público ao fazer artístico e cultural, ao pleno exercício dos direitos culturais de todas as pessoas, como propõe o Artigo 215 da Constituição Federal.

Não à toa, foi durante a CNC que o Senado Federal apreciou, votou e aprovou o Marco Regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura. Foi ouvida a voz do segmento cultural e da sociedade brasileira, por meio dos congressistas presentes em nosso encontro.

O Sistema Nacional de Cultura é uma oportunidade histórica para haver uma configuração institucional de gestão nacional das políticas públicas de cultura na perspectiva participativa, permanente e democrática que possa - a exemplo de outros setores, como a saúde, a assistência social e a educação, políticas federativas e atuação de gestão pública de caráter sistêmico - articularr os três níveis de entes federativos: a União os estados e os municípios, para atuação - de forma colaborativa - no desenvolvimento de políticas públicas de cultura. Esse se configura um dos maiores desafios da próxima etapa pós-Conferência, já que terão de ser imaginados e estru-

turados os mecanismos para o real funcionamento do SNC, bem como dos laços federativos de competências, responsabilidades e atribuições quanto ao planejamento, gestão e financiamento à cultura, como em outros sistemas nacionais, mas que sejam estruturados, guardadas as especificidades do setor cultural.

Não restam dúvidas de que a Conferência transmitiu a mensagem de que a Cultura é parte fundamental do projeto futuro do país. Aprofundando temáticas, propondo a inclusão de todas as pessoas, reivindicando a democracia de forma participativa e dizendo o que é urgente e necessário para que se constitua um programa público, estatal e democrático de cultura.

Neste sentido, o novo Plano Nacional de Cultura (PNC), que passa a ser construído a partir de discussões que têm como base as propostas aprovadas na Conferência, nos leva a uma outra imensa tarefa, a de construir metas prioritárias a serem atingidas e que apontem para projeções de políticas estruturantes e portadoras de futuro, posto que, articuladas ao desenvolvimento do país, serão transformadoras da realidade social.

A partir dos debates e da chamada ao conjunto da sociedade para discutir as propostas do setor cultural para a elaboração do Plano Nacional de Cultura 2025 a 2035, ultrapassando gestões de governo, se apresentam oportunidades e responsabilidades: apontar quais políticas serão priorizadas pela sociedade brasileira, de modo a criar sinergia para que as metas do futuro Plano influencie os Planos Plurianuais (PPAs), e à luz do recém-aprovado SNC, encontremos caminhos e mecanismos para que os entes federativos trabalhem juntos, em regime de colaboração, na articulação dos esforços pela implementação do Plano Nacional de Cultura, tendo no horizonte a democratização da gestão, a ampliação dos investimentos em cultura para a garantia dos direitos culturais da população brasileira e para o país continuar a avançar na efetivação de políticas públicas que reduzam as desigualdades sociais, promovam a equidade e a justiça social.



Secretária dos Comitês de Cultura, Roberta Martins, na abertura da CNC
foto de Filipe Araújo/ MinC

O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA FOI APROVADO. E AGORA?

Fortalecer as políticas públicas culturais em todo território nacional é o próximo desafio do setor; Marco Regulatório do SNC é uma estratégia de gestão compartilhada entre união, estados, Distrito Federal e municípios; além da sociedade civil, com o objetivo de fortalecer as políticas públicas culturais em todo território nacional



A ministra Margareth Menezes e o secretário-executivo Márcio Tavares, comemoraram a aprovação do Marco Regulatório

foto de Filipe Araújo/ MinC

Durante a semana em que foi realizada a 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), passos importantes foram dados na direção do que o setor almeja para os próximos anos. A aprovação do Marco Regulatório do Sistema Nacional de Cultura pelo Senado Federal, concomitante à realização da etapa nacional da Conferência, foi um dos pontos altos do encontro.

“É importante podermos retomar e fortalecer todas as políticas para a cultura. Essa conquista é essencial para a gente dar uma virada no fazer cultural no nosso país, fazer a cultura acontecer nos entes federados, nas cidades, nos estados. Isso vai nos ajudar demais”, comemorou a ministra Margareth Menezes.

O objetivo é garantir direitos culturais, organizados em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas.

Sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 4 de abril, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) – Lei nº 14.835, de 4 de abril de 2024 – precisa, agora, passar por regulamentação.

Garantir e efetivar o pleno funcionamento do SNC foi uma das propostas aprovadas na 4ª CNC. Entre as ações necessárias para isso estão o apoio e o suporte técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios, especialmente os Conselhos, Planos e os Fundos de Cultura – chamado CPF da Cultura; a reestruturação e fortalecimento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC); a realização, a cada quatro anos, da Conferência Nacional de Cultura (CNC); a normatização do pacto federativo na gestão das políticas culturais, para assegurar a pactuação de competências e responsabilidades entre os entes, assegurando a transferência regular de recursos e o pleno funciona-

mento das Comissões Intergestores; o fortalecimento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC); a implantação do programa nacional de formação na área da cultura voltado para a qualificação de agentes culturais das diversas instâncias do SNC; a simplificação e desburocratização dos marcos legais do SNC, em especial dos instrumentos de fomento e incentivo; a implantação de um programa nacional, visando a estruturação e o fortalecimento dos órgãos gestores da política cultural, contemplando a qualificação dos agentes; o apoio à estruturação dos órgãos gestores (transporte, equipamentos, mobiliários, etc); bem como o fortalecimento dos Escritórios Estaduais do MinC, visando a ampliação da presença, do diálogo e suporte aos gestores e agentes culturais; e a implantação dos sistemas e planos setoriais de cultura, bem como a revisão daqueles já existentes.

“O Marco Regulatório do Sistema Nacional de Cultura proporciona o que outros sistemas têm, como o Sistema Único de Assistência Social, como o Sistema Único de Saúde, que é identificar esta estruturação da gestão de cultura nas três instâncias e, principalmente, identificar as necessidades da população, traduzindo em políticas públicas. No caso da cultura, o Sistema significa ter órgãos gestores, ter fundos, formação e um sistema de financiamento à cultura. Então, é um grande horizonte. E como a gente tem a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura para estruturar à frente, o Sistema contribui muito para o fortalecimento da política pública de cultura no país”, frisa a secretária dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura (MinC), Roberta Martins.

E completa: “Nosso grande desafio vai ser fortalecer as secretarias, departamentos e órgãos de cultura nesse processo. E nesse mesmo caminho um grande esforço de elaboração será justamente da definição das atribuições de estados, municípios e da união na organização da política pública de cultura brasileira. É uma oportunidade grande que a gente tem, estabelecendo um sistema, similar ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mas também será bastante difícil pelas características do setor cultural, que não realiza serviços na ponta de maneira tão clara para a população, que terá que buscar o seu reconhecimento como direito social junto à sociedade. Então, a regulamentação do SNC é um desafio grande para essa gestão do Ministério da Cultura”, conclui.

CONSTRUÇÃO

“Nós vivemos um processo longo de discussão na sociedade brasileira, no setor cultural, para a construção de um sistema público para a cultura. Esse sistema, no caso, após aquela conquista que nós tivemos da Constituição de alterar o Artigo 216 A da Constituição, iniciou um segundo processo que é para a gente ter uma lei que pudesse se consolidar como uma lei específica”, comenta o diretor do Sistema Nacional de Cultura, Júnior Afro.

“O SNC tem algo que é fundamental para a gente compreender que a sociedade é diversa. E também as posturas, posições políticas, o entendimento sobre sociedade, sobre política pública, também é diverso. Ele tem uma coisa fundamental que é a participação social como parte, uma das coisas mais fortes da continuidade de uma política pública”, avalia o diretor.

Dentro dos princípios norteadores para garantia e preservação do Sistema Nacional de Cultura, uma das 30 propostas aprovadas na 4ª CNC, foi a reestruturação e o fortalecimento do Conselho de Nacional de Política Cultural, com estrutura e funcionamento democrático, como instância deliberativa, normativa, consultiva e fiscalizadora. Assegurando a participação das expressões artísticas e culturais que fazem a diversidade cultural brasileira, considerando, ainda, a representação regional/territorial e a inclusão das populações historicamente invisibilizadas.

“Tendo em vista a sanção do Marco Regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC) – Lei nº 14.835/2024 -, precisamos reestruturar e reformular o Conselho Nacional de Política Cultural, garantindo a pluralidade e a diversidade cultural brasileiras em todas as suas linguagens, fazeres e especificidades dos setores, com a retomada dos colegiados setoriais, suas representações regionais e a transversalidade junto a outros ministérios, para a construção e implementação de políticas públicas para a comunidade cultural”, pontua o coordenador-geral do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), Daniel Samam.

Para o presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Alexandre Santini, a conquista dá garantias há muito requisitadas por quem faz arte e cultura no país. “O setor cultural brasileiro, tão atacado, vilipendiado e criminalizado nos últimos anos por um projeto arrogante, ignorante e autoritário, estava ali em plenitude, demonstrando sua força, capilaridade e capacidade de propor estratégias, soluções e políticas públicas para a cultura em suas diferentes matizes e dimensões, com um olhar abrangente sobre a sociedade brasileira e o papel que a política cultural pode cumprir em um projeto integral de desenvolvimento do país. Como coroamento a este momento de retomada e redenção, o Congresso Nacional, em sessão histórica, aprovou a Lei de regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, que consolida os mecanismos constitucionais do pacto federativo entre União, estados e municípios na gestão das políticas culturais no Brasil.



foto de Gilberto Soares

BRASIL PLURAL

A Lei 14.835 considera a dimensão simbólica da cultura: o conjunto de bens que constituem o patrimônio cultural do país, abrange os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Tião Soares, diretor de Promoção de Culturas Populares do Ministério da Cultura (MinC), fala da relevância da implementação do Sistema Nacional de Cultura, dentro da produção simbólica e da diversidade cultural. “Por exemplo, em relação aos povos indígenas ou comunidades quilombolas, sem que se imbrigue de modo inextricável as diferentes dimensões, que seria institucional, cultural, em seu sentido tradicional, político e econômico. Então não há como pensar direitos desses povos tradicionais e comunidades sem a garantia das condições necessárias à reprodução material de seu modo de vida tradicional, que vão da posse da terra ao apoio à exploração sustentável, até os direitos comuns aos demais brasileiros, como acesso à saúde, educação, etc”.

Conselheiros do CNPC, Daiara Tukano e Júnior Xukuru debatem culturas indígenas



foto de Douglas Dobby
@insideoutproject

Apoio:



Co-realização:



Realização:



MINISTÉRIO DA
CULTURA

